

DANIEL KLUG NOGUEIRA

**A TEORIA DA DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO
SOCIOECONÔMICO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, *campus* Araraquara, como pré-requisito à obtenção do título de mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Marques Gennari

ARARAQUARA

ABRIL DE 2006

TERMO DE APROVAÇÃO

DANIEL KLUG NOGUEIRA

**A TEORIA DA DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO SOCIOECONÔMICO DE FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Econômica no Curso de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Marques Gennari
Departamento de Economia, FCL-UNESP

Prof. Dr. Milton Lahuerta
Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, FCL-UNESP

Prof. Dr. Carlos Raúl Etulain
Departamento de Economia, Universidade São Francisco

Araraquara, 7 de abril de 2006

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à amada Ana, sem cujo apoio eu certamente não o teria concluído.

AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer àqueles a quem se deve por um trabalho acadêmico, pois o risco de deixar alguém fora da lista e causar mágoa é grande. Mas não posso furtar-me de agradecer ao querido prof. Joaquim Gouvêa, com quem primeiro conversei sobre a possibilidade de desenvolver uma dissertação sobre o tema aqui tratado; ao caríssimo prof. Adilson Gennari, cuja orientação e apoio (e paciência) foram descomunalmente úteis em todo o tempo de elaboração deste trabalho; ao prof. Milton Lahuerta, que deu, por ocasião da qualificação deste, ótimas sugestões sobre vários assuntos que poderiam ser mais bem desenvolvidos; ao prof. Fausto Saretta, por suas dicas sobre leituras e modos de acessar o assunto; ao prof. Renato P. Colistete, pelas críticas um tanto duras, mas por isso mesmo produtivas; à minha família, pela compreensão durante minhas ausências e noites em claro.

Obviamente, não poderia deixar de ficar grato a todos que, anonimamente, na função de secretários, bibliotecários e outros, auxiliaram-me no desenvolvimento desta dissertação, e sem os quais certamente nada disso se faria.

EPÍGRAFE

“Penso que existe um mesmo e contraditório movimento pelo qual, na passagem da ideologia à ciência, se produz tanto a história como o conhecimento.”

(Fernando Henrique Cardoso)

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	1
1 DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA — DIGRESSÃO SOBRE O PENSAMENTO ANTERIOR A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	5
1.1 PREÂMBULO	5
1.2 VOCAÇÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTISMO: UM CONTRAPONTO	6
1.3 O ISEB E O PCB: A BURGUESIA NACIONAL COMO AVATAR DO DESENVOLVIMENTO	8
1.4 CEPAL E BUSCA DE AUTONOMIA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO	16
1.4.1 A Década de 1960 e a Revisão dos Processos	19
1.5 TEORIAS DE ESTAGNAÇÃO: FRANK E MARINI	22
1.5.1 André Gunder Frank	22
1.5.2 Rui Mauro Marini	26
2 A CLASSE EMPRESARIAL E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO CARDOSIANO	34
2.1 AS ORIGENS DO PENSAMENTO CARDOSIANO	34
2.2 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NA ANÁLISE DE CARDOSO	36
2.3 OS EMPRESÁRIOS NA AMÉRICA LATINA SEGUNDO CARDOSO	39
2.4 A ANÁLISE DE CASOS DE DEPENDÊNCIA	44
2.4.1 A Análise do “Período de Transição” em Cada Tipo de Economia Dependente	46
2.4.2 Consolidação do Mercado Interno	50
2.4.3 Novo Caráter da Dependência	54
2.4.4 Dependência e Desenvolvimento	56
2.5 IDEOLOGIA, POLÍTICA E DEPENDÊNCIA	60
3 DEBATE POSTERIOR E A POLÊMICA DA DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA	63
3.1 PREÂMBULO	63
3.2 COMPLEMENTAÇÕES E ESCLARECIMENTOS DE CARDOSO	64
3.2.1 “‘Teoria da Dependência’ ou Análises Concretas de Situações de Dependência?”	64
3.2.2 “Imperialismo e Dependência na América Latina”	67
3.2.3 “A Dependência Revisitada”	70
3.3 A POLÊMICA DA DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA	74
3.3.1 “Dialética da Dependência”	74
3.3.2 “As Desventuras da Dialética da Dependência”	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85

RESUMO

Desde o momento em que se preocupa em analisar diferenças de desenvolvimento entre países, a análise da dependência econômica da América Latina chama a atenção dos estudiosos. Passando pelo nacional-desenvolvimentismo burguês do ISEB e do PCB, pelo estruturalismo da CEPAL, além de alguns estudos de Frank e Marini, colocam-se os primeiros passos para a obra de Cardoso. Nessa obra, especialmente no que foi publicado em conjunto com Faletto, Cardoso vem mostrar que desenvolvimento e dependência não são conceitos exclusivos; aliás, na América Latina, segundo sua visão, são conceitos até interligados. Dentro do pensamento cardosiano, a Teoria da Dependência vem estabelecer os principais critérios de análise econômico-política, a qual deve obrigatoriamente passar pelos conflitos internos e externos entre as classes sociais envolvidas no sistema.

ABSTRACT

From the moment someone concerns about the differences among economic development in several countries, Latin American economic dependency analysis calls scholars' attention. Going through bourgeoisie national developmentalism by ISEB and PCB, through ECLA's structuralism, besides some studies by Frank and Marini, the first steps to Cardoso's works are set. In his work, specially the joint study with Faletto, Cardoso shows that development and dependency are not exclusive; by the way, according to his point of view, they are even connected concepts. In Cardosian thought, the dependency theory comes to set the main criteria for economic and political analysis, which must pass through internal and external struggles among social classes involved within the system.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, discussões envolvendo a questão da dependência econômica da América Latina em relação aos países europeus e aos Estados Unidos estão em voga na academia. Essas discussões tomaram vigor com a criação da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL), em fins da década de 1940, quando foi proposta análise alternativa às clássicas para as teorias de comércio exterior e suas relações com o desenvolvimento dos países que, a partir de então, seriam chamados **periféricos** (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 21-22). Entretanto, como toda inovação, a abordagem cepalina traria para si críticos de toda ordem (tanto daqueles que defendiam a teoria clássica quanto daqueles que a rejeitavam), os quais, com razão ou não, contribuíram para a identificação dos aspectos primordiais da perspectiva estruturalista do desenvolvimento econômico.

Internamente, alguns economistas (ligados à própria CEPAL ou não) começariam um processo de reelaboração das teorias ali trabalhadas, com a meta de aprofundar e enriquecer o escopo de análise da Comissão (CARDOSO, 1977). Enquanto algumas vertentes tenderiam ao estagnacionismo (MANTEGA, 1984, p. 210-213), outras levariam à defesa da dependência econômica da periferia em relação ao centro. Basicamente, o entendimento de que a dependência poderia trazer desenvolvimento, ou que poderia levar a crises de toda ordem, inclusive podendo reavivar o fascismo, era a essência do debate. De onde poderiam vir tão diferentes análises sobre o mesmo contexto?

A princípio, a busca por uma interpretação que envolvesse não somente aspectos econômicos foi o primeiro impulso em favor das análises da dependência. Segundo PACKENHAM¹ (1992, p. 10-11), as primeiras análises vêm anteriormente à

¹ Robert Packenham publicou em 1992 uma análise detalhada dos trabalhos publicados na América Latina sobre a dependência. Nessa obra, é feita uma crítica a vários aspectos que envolvem as teorias dependentistas, especialmente no que se refere a Cardoso. Considerando que este trabalho visa

própria CEPAL, a partir de José Carlos Mariátegui. A crescente preocupação com uma maior compreensão dos problemas sociais, cada vez mais graves, direcionavam os analistas a procurar conhecer as classes envolvidas nos processos econômicos e políticos. É assim que se desenvolve não um pensamento econômico, mas um **pensamento socioeconômico**, o qual reflete a íntima relação sempre presente em todo estudo latino-americano sobre a dependência econômica: a da Economia com a Sociologia.

Com essa preocupação, as pesquisas passam a desenvolver-se cada vez mais abrangentes. Dentre as várias publicações, as de Fernando Henrique Cardoso estão, sem dúvida, entre as que maior repercussão tiveram. Cardoso é egresso da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo, o que lhe confere, com justiça ou não, um caráter crítico e minucioso nas análises sociológicas (GOTO, 1998, p. 16-17). Com a mesma origem de Florestan Fernandes e Otávio Ianni, dentre outros, Cardoso adota para si uma visão marxista, de modo que sempre busca analisar seus objetos a partir do concreto. As explicações devem, então, ter um retorno ao objeto, melhorando sua compreensão, ou mesmo contribuindo para uma mudança na perspectiva de observação dessa concretude (GOTO, 1998, p. 19).

Ainda dentro do padrão comportamental acadêmico da Escola Paulista, Cardoso sempre procura iniciar suas análises a partir das análises anteriores, a fim de buscar nelas o que de proveitoso tenham (para uso posterior), mas, principalmente, buscar o que de problemático tenham (para que sua análise crítica parta da correção dos erros considerados). Algo que se nota em todos os artigos e livros de Cardoso é uma crítica às análises da dependência que se desenvolveram desde a década de 1960. Sua principal proposta, diante disso, é apresentar um método, ou um caminho mais adequado para essas análises.

Com tal visão, fica clara a importância que a Teoria da Dependência (como se toma a liberdade de chamar aqui, neste trabalho) tem no pensamento cardosiano.

a uma compilação do tratamento de Cardoso sobre a dependência, mas não a analisá-lo, sugere-se a leitura da obra de PACKENHAM (1992) para um conhecimento mais detalhado de sua análise.

Seja pelo fato de ter seus argumentos sempre citados pelo estudioso após sua principal obra sobre o tema (CARDOSO; FALETTO, 1967), seja pelo fato de grande parte dos debates com ele travados desde então tratarem desse tema. É assim que esta dissertação se propõe estudar como esse objeto de estudo se apresenta no pensamento de Cardoso. Ou seja, não se pretende apresentar apenas as novidades, ou as falhas da abordagem por ele desenvolvida, pois não há aqui espaço suficiente para tal estudo. Entretanto, deseja-se compilar os aspectos mais graves daquilo que é defendido por Cardoso em seus principais trabalhos sobre a dependência na América Latina, mostrando a evolução de alguns pontos no decorrer desse período.

Com essa finalidade, no primeiro capítulo, a questão do desenvolvimento desigual é sucintamente tratada, mostrando como as análises inovadoras da América Latina evoluíram desde as décadas de 1940-50 até o fim da década de 1960, passando pela abordagem do nacional-desenvolvimentismo, pela CEPAL, além da análise dos autores André Gunder Frank e Rui Mauro Marini, tidos como pensadores de uma outra vertente da dependência, exatamente aquela a que se opôs a análise de Fernando H. Cardoso.

No segundo capítulo, tratamos dos aspectos da base da Teoria da Dependência segundo Cardoso. Analisam-se, assim, seus dois principais trabalhos sobre a classe burguesa e sua relação com os países centrais imperialistas, sempre mostrando como Cardoso transmite sua preocupação de analisar as interações entre as classes (tanto intranacionais, quanto internacionais). Uma análise de cada caso por ele separado, bem como das principais conclusões sobre a relação dependência-desenvolvimento tratada por Cardoso e Faletto, é feita ainda nesse segundo capítulo.

O terceiro capítulo vai-se preocupar essencialmente com as análises e debates posteriores à publicação de *Desenvolvimento e Dependência*. Ali, é mostrado

o esclarecimento feito por Cardoso em três artigos² que tratam diretamente sobre a Teoria da Dependência e seus desdobramentos. É interessante notar a evolução por que passa o conceito cardosiano de dependência nesse período, de modo a refletir mesmo o amadurecimento da idéia em seu pensamento. Paralelamente, será feito um estudo sobre o debate da dialética da dependência, travado em fins da década de 1970, entre R. M. Marini, de um lado, e F. H. Cardoso e J. Serra, de outro. Este debate é um tanto quanto peculiar, o que fez com que a análise se esforçasse por manter-se nos estritos limites da discussão acadêmica (a discussão pessoal presente nos artigos aí estudados é forte). Basicamente, o debate gira em torno daquilo que defende a dependência cardosiana contra os estagnacionistas, aqui representados por Marini.

O trabalho se fez, basicamente, pelo estudo dos escritos de cada autor analisado, além de textos consagrados que tratam do tema em voga, lembrando-se sempre de ter em mente a meta: o pensamento da dependência no arcabouço cardosiano. Esperamos que o trabalho tenha conseguido atingir os objetivos a que se propôs, e que, ao menos, seja de alguma contribuição para análises futuras sobre o pensamento dependentista de Cardoso.

² Esses trabalhos foram escolhidos dentre tantos outros especialmente pela relação direta que mantêm com o tema, além de refletirem exatamente aquilo que esta dissertação se propõe analisar, que é a presença da Teoria da Dependência nos trabalhos de Cardoso.

1 DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA — DIGRESSÃO SOBRE O PENSAMENTO ANTERIOR A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

1.1 PREÂMBULO

As diferenças entre seqüências de desenvolvimento nacional sempre foram preocupação de economistas. Desde SMITH (1776), em sua *Riqueza das Nações* (no Livro Terceiro, especialmente), até os mais recentes estudos sobre o subdesenvolvimento, os estudiosos procuram estabelecer os padrões já ocorridos de crescimento e progresso, bem como mostrar regras políticas para atingir esse crescimento. Para a América Latina, e o Brasil, em particular, sempre houve a preocupação de verificar as causas e as conseqüências dessas diferenças de desenvolvimento, especialmente após a Segunda Guerra Mundial.

Neste capítulo, com o objetivo de verificar as correntes de idéias que antecederam a Teoria da Dependência segundo Fernando Henrique Cardoso, as informações se concentrarão naquelas que tiveram sua maior influência no Brasil. Logicamente, isso não implica a restrição somente a pensadores brasileiros. Na medida em que outros pensadores latino-americanos e estadunidenses serviram de base ao desenvolvimento do pensamento cardosiano sobre a dependência, eles deverão ser mencionados e analisados. Tal análise, entretanto, limita-se aos aspectos que diretamente interessam ao escopo desta dissertação, devendo um tratamento mais acurado ficar reservado a um estudo posterior.

A separação das várias fases do pensamento socioeconômico³ brasileiro é inspirada nas “interpretações” de BRESSER-PEREIRA (1983). Num primeiro momento,

³ Neste trabalho, será usada a expressão “pensamento socioeconômico” em lugar da usual “pensamento econômico”, tendo em vista que, no Brasil, o desenvolvimento do pensamento econômico geralmente se deu paralelamente (se não conjuntamente) ao pensamento social. Na verdade, há discussões sobre se é válido usar o termo “pensamento econômico brasileiro”. As entrevistas em BIDERMAN; COZAC; REGO (1997) refletem bem isso.

apresentam-se as teorias da vocação agrária e do desenvolvimentismo. Esta última se mostrou mais influente na política econômica brasileira até o início da década de 1960, quando as críticas que deram origem às idéias de dependência apareceram com bastante vigor.

1.2 VOCAÇÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTISMO: UM CONTRAPONTO

A primeira teoria sobre o desenvolvimento econômico brasileiro foi aquela que hoje se chama **vocação agrária**. De maneira simples, ela se baseava na conhecida Teoria das Vantagens Comparativas⁴, e defendia que o País deveria concentrar seus esforços na produção de bens agrícolas de exportação, para os quais detinha maior grau de eficiência (maiores vantagens). A própria afirmação do ministro da Fazenda Correia e Castro, em 1947 (governo Dutra), reflete essa visão: “(...) é da essência da economia latino-americana [e brasileira] (...) certa concentração de esforços na exportação de matérias-primas, de gêneros alimentícios, bem como na importação de ampla variedade de artigos manufaturados (...)” (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1948⁵ *apud* SKIDMORE, 1975, p. 97).

Essa tese essencialmente liberal era usada como argumento contra as políticas de industrialização que se implantavam no Brasil desde a década de 1930. A manutenção dessa ideologia até o fim da década de 1940 certamente se deve ao fato de ser a ideologia da elite política de então. Nas palavras de BRESSER-PEREIRA (1983, p. 272):

A interpretação da vocação agrária da sociedade brasileira corresponde à hegemonia da burguesia agrário-mercantil, tranqüila no Brasil até os anos vinte e sob permanente

⁴ Teoria neoclássica de comércio internacional segundo a qual todo país deve produzir aquele produto para o qual apresente o menor custo de oportunidade. No caso de vários países poderem produzir um mesmo produto, deverá fazê-lo aquele cujo custo para aquele produto for o menor. Para uma exposição mais detalhada, veja-se, por exemplo, KRUGMAN; OBSTFELD (1999, p. 15-34 *passim*).

⁵ MINISTÉRIO DA FAZENDA, *Relatório 1946*. Rio de Janeiro, 1948. p. 9, 156, 172.

contestação a partir de então. Mas, ainda nos anos quarenta e cinquenta, era a interpretação ideologicamente hegemônica, apesar do fato de a burguesia agrário-mercantil não controlar mais o Estado com exclusividade desde 1930.

A contestação vem a partir do sucesso que as empresas industriais, implantadas no Brasil com maior ênfase desde 1930, estavam alcançando. Segundo BIELSCHOWSKY (2000b, p. 248-249), os primórdios ideológicos da defesa da industrialização (com apoio do Estado, como se verá adiante) são o “ataque ao livre-cambismo (...) muitas vezes feito em tom nacionalista e antiimperialista, (...) o ataque ao liberalismo, associado à solicitação de intervenção do Governo em apoio geral à indústria, (...) a associação entre indústria e ‘prosperidade’ ou ‘progresso’ do país”. Além disso, há a percepção (adicional às idéias mencionadas) de que é possível haver uma produção industrial integrada, inclusive com a produção de bens intermediários e de capital. O Estado seria, ao mesmo tempo, o meio de acumulação industrial e o “guardião dos interesses coletivos da nação e o promotor da unificação nacional” (BIELSCHOWSKY, 2000b, p. 250-251).

Percebe-se que esse ideário desenvolvimentista vem ao encontro daquilo que BRESSER-PEREIRA (1983, p. 273-276) chama de “interpretação nacional-burguesa”, que entende o Estado como um aliado no estabelecimento de uma indústria que supere o “*status quo* semicolonial, semifeudal e primário exportador”, defendido pela elite oligárquica agrícola de então (apoiada pela tese da vocação agrária). Ainda segundo Bresser-Pereira, havia instituições que centralizavam a ideologia nacional-burguesa de então. Tendo em vista a importância que têm, em consideração às futuras críticas que seriam feitas por Cardoso em seus estudos sobre desenvolvimento e dependência, será feito um estudo um pouco mais detalhado sobre, primeiramente, as idéias do ISEB e do PCB, e, posteriormente, da CEPAL⁶.

⁶ Logicamente, o tratamento dado aqui se restringe àquilo que servirá de base à argumentação pretendida nos capítulos seguintes.

1.3 O ISEB E O PCB: A BURGUESIA NACIONAL COMO AVATAR DO DESENVOLVIMENTO

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi resultado da união de vários estudiosos preocupados em fazer uma análise mais apurada da realidade socioeconômica brasileira dos anos 1950 (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 49). A análise desse grupo carioca se baseava em idéias nacionalistas, historicistas, bem como na concepção de “dualidade” de Ignácio Rangel⁷.

Pode-se entender a concepção isebiana de desenvolvimento a partir da evolução dos passos da dualidade brasileira. Segundo BRESSER-PEREIRA⁸ (2004, p. 56-62 *passim*), para o ISEB, o desenvolvimento econômico é “o processo de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico e elevação dos padrões de vida da população de um país, que se inicia com uma revolução capitalista e nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica de um Estado nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais”. Nota-se aí a presença da “interpretação nacional-burguesa” (BRESSER-PEREIRA, 1983, p. 273-276). Clara está a idéia de que são os **empresários nacionais**, e não a elite agrícola, a fonte do desenvolvimento do País. Além disso, a revolução deve ser **nacional**, ou seja, com recursos próprios, os quais devem ser acumulados pelo Estado, como já exposto no item 1.2 desta dissertação.

⁷ Rangel foi um dos intelectuais ligados ao ISEB, cuja obra inova exatamente na consideração do que se chama “dualidade básica da economia brasileira” (RANGEL, 1981 *in* MAMIGONIAN; REGO, 1998, p. 144 *et seq.*). Nessa concepção teórica, há dois “pólos”, um interno e um externo, cada um dos quais com dois “lados”, um interno e um externo. O desenvolvimento da sociedade brasileira segue cinco “leis”, as quais mostram como os pólos evoluem, pela incorporação paulatina das características do lado externo pelo lado interno. É interessante notar a segunda lei: “alternadamente, mudam o pólo interno e o externo” (RANGEL, 1981 *in* MAMIGONIAN; REGO, 1998, p. 146), que reflete o fato de um pólo mudar de cada vez, em cada estágio. A obra de MAMIGONIAN e REGO (1998) traz uma série de ensaios que explicam bem o pensamento de Rangel.

⁸ Aliás, uma referência que se pode considerar primária para o pensamento do ISEB, como ele mesmo afirma: “Coube a mim, **como membro paulista e júnior do ISEB** [grifo nosso] (...)” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 54).

Caio N. de TOLEDO (1997, p. 82 *et seq.*) mostra que o ISEB considerava a situação dos países subdesenvolvidos como “semicolonial”. A justificativa para tanto é que “a independência política — meramente formal — quase nada alterou, em termos estruturais, a “secular exploração” a que se sujeitam os povos do continente [latino-americano]” (TOLEDO, 1997, p. 82). A linha de raciocínio acabará levando ao entendimento de que a dependência⁹ dos países latino-americanos deriva, basicamente, das relações que eles mantêm com o **exterior** (TOLEDO, 1997, p. 83).

O subdesenvolvimento, assim, levaria a uma alienação, ao estilo do conceito mostrado por Marx nos *Manuscritos de 1844* (TOLEDO, 1997, p. 86-87). Essa alienação acabaria culminando numa alienação cultural, já que “não poderá haver projeto de destino histórico independente (...); ou seja, a cultura não poderá ser senão um reflexo, o subproduto da cultura metropolitana” (TOLEDO, 1997, p. 93). Disso, decorreria, inevitavelmente, um caráter alienado do próprio entendimento do homem brasileiro. Segundo TOLEDO (1997, p. 96), “a ociosidade, o devaneio, a preguiça, o verbalismo, a subserviência, a cordialidade, o pacifismo *etc.* antes de serem expressões da ‘substância’ do homem brasileiro seriam, isto sim, traços e aspectos do comportamento alienado”.

Assim, é notável o papel dado pelo ISEB à elite intelectual (como parte do Governo), bem como ao autoritarismo do Estado. Esse autoritarismo seria necessário na medida em que se crê que a sociedade, tradicional e arcaica, não teria condições de se dinamizar sozinha. Segundo IANNI (2004, p. 256):

Nesse modelo (...), o que sobressai é o Estado, forte e ativo, a serviço da burguesia empresarial, isto é, industrial; ou a serviço do capital monopolista. Ao mesmo tempo, os termos do modelo mostram como se compreendem os outros estratos sociais, ou as massas, e as suas reivindicações, sempre em conformidade com as exigências do desenvolvimento econômico capitalista, sob a liderança do Estado. Para articular — ou submeter — os interesses das massas aos da burguesia, cabe organizar, ou instituir, um “partido do desenvolvimento”.

⁹ Esse termo já tinha sido usado por autores isebianos, como Cândido Mendes, por exemplo (TOLEDO, 1997, p. 82-83).

Hélio Jaguaribe, importante intelectual do ISEB em seus anos iniciais, expõe claramente essa idéia de “partido do desenvolvimento”. Basicamente, seria o meio de a burguesia empresarial entrar no poder, e defender seus interesses e a ideologia nacional-desenvolvimentista. Isso deveria levar à autonomia do País, já que, “de outro lado, vinculado às aspirações das classes, o partido do desenvolvimento investe contra as formas pré-capitalistas de economia, favorece a socialização dos setores públicos, se esforça pela igualização das oportunidades e procura assegurar o máximo bem-estar social compatível com as necessidades de investimento reprodutivo” (JAGUARIBE¹⁰ *apud* IANNI, 2004, p. 257).

Os recursos que seriam dirigidos a tais atividades deveriam ter origem estritamente nacional, como se pode ler em diversos textos publicados então. A título de exemplo, veja-se um trecho de Roland CORBISIER¹¹ (*apud* TOLEDO, 1997, p. 139), a respeito da única maneira pela qual, durante o “período de transição” para a economia industrial, os isebianos aceitariam a hipótese de o capital estrangeiro associar-se a algum capital nacional:

A aceitação ativa implica o propósito consciente e deliberado de servir aos interesses do imperialismo. Adotam esta atitude as classes interessadas em manter a situação de próspero subdesenvolvimento que convém às nações colonizadoras. Essas classes são a burguesia latifundiária produtora de matérias-primas, a burguesia mercantil ligada à exportação desses produtos, o comércio importador de produtos acabados e os setores parasitários da classe média.

A partir dessas observações, o ISEB concluiria pela necessidade de oposição, por parte da classe proletária nacional, a setores burgueses dominantes externos. Essa

¹⁰ JAGUARIBE, H.. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. p. 83.

¹¹ CORBISIER, R.. *Formação e Problema da Cultura Brasileira*. 3. ed.. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. p. 48.

oposição acabaria por fazer uma revolução pacífica (ou, pelo menos, com menos atritos), em prol da “construção da própria nação” (TOLEDO, 1997, p. 142).

É de se notar, entretanto, que a unanimidade não é característica de nenhum grupo de estudiosos. Tanto que a principal crise do Instituto (antes, logicamente, de sua extinção em 1964 pelo Governo militar) surge com a publicação, por Jaguaribe, da obra *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958), em que é reconhecido o papel do capital estrangeiro na industrialização nacional. Pode-se perceber que o autor defende a validade do uso de recursos estrangeiros como meio para atingir uma finalidade, essa, sim, nacionalista:

O que torna nacionalista a atual [1958] política do petróleo não é o fato de a Petrobrás ser uma empresa do Estado brasileiro, dirigida por brasileiros natos *etc.*. Em tese, a política nacionalista do petróleo poderia ser realizada pela Standard ou qualquer outra empresa, desde que concretamente, na situação presente do país, essa fosse a forma mais eficaz de explorar o petróleo brasileiro e proporcionar à economia nacional o pleno uso e controle de tal matéria-prima (JAGUARIBE¹² *apud* TOLEDO, 1997, p. 148).

A oposição do próprio Instituto será patente, em especial por parte de Álvaro Vieira Pinto e Néelson W. Sodré. Segundo TOLEDO (1997, p. 150), para Vieira Pinto, “um ato só assume um caráter nacionalista desde que se integre num ‘projeto coletivo consciente’ e não pelo fato de ser definido a partir de ‘supostos’ fins”. A introdução do capital estrangeiro, dessa forma, deveria ser eliminada, mesmo diante da necessidade para o desenvolvimento nacional — ou por causa dessa necessidade, como afirma Vieira PINTO¹³ (*apud* TOLEDO, 1997, p. 152): “Não devemos agora receber o capital estranho exatamente porque é vital, porque, com rigor etimológico, significa a vida, que em tal caso, não seria dada por outrem, quando é evidente que quem nos deve dar

¹² JAGUARIBE, H.. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

¹³ PINTO, Á. V.. *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. v. 2. p. 462.

a nossa vida somos nós mesmos”. O resultado de todo o processo foi a saída de Jaguaribe do grupo¹⁴.

Esse não foi o único momento de crise para o ISEB. Várias críticas lhe foram dirigidas, devido ao seu modo de argumentar e trabalhar conceitos. Essas críticas foram agrupadas em artigo de Luís Eduardo P. MOTTA (2000). Para um entendimento melhor, vale destacar que a linha principal de pensamento isebiano “tomava emprestadas idéias de Marx, de Schumpeter e do estruturalismo latino-americano de Raúl Prebisch e Celso Furtado, **sem, entretanto, se preocupar em ser fiel a qualquer uma destas visões** [grifo nosso]” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 55). É exatamente no tocante a Marx que as críticas indicadas por Motta se concentram. O mau uso de conceitos marxistas como “ideologia”, “alienação”, assim como a falta da análise dos modos de produção no sistema socioeconômico brasileiro, são alguns dos equívocos atribuídos aos intelectuais do ISEB. E mais, pela proposta de unificação da burguesia ao proletariado, amparada pelo Estado e pela tecnocracia, o discurso do Instituto é acusado de “encobrir os conflitos de classe” (MOTTA, 2000, p. 124). Tal visão também é enfatizada por MANTEGA (1984, p. 60-61), quando afirma que:

Nas circunstâncias brasileiras, os conflitos sociais se desenrolariam mais no interior de cada classe do que propriamente no âmbito das divergências entre classes distintas (...). Em outras palavras, naquele momento histórico pelo qual passava a sociedade brasileira do final da década de 50, a burguesia industrial e o proletariado estariam na mesma trincheira, porque suas contradições tornavam-se secundárias quando comparadas com as que ambas tinham em relação aos latifundiários feudais e outras classes arcaicas.

O conflito interclasses, entretanto, existia (ainda que fosse relegado a segundo plano), e só pôde ser percebido tarde demais. Otávio Ianni mostra que, com o modelo isebiano aplicado — “com aquela margem de infidelidade e imprecisão

¹⁴ O próprio Jaguaribe mostra, em artigo publicado recentemente, uma versão sobre os eventos que levaram à sua saída do ISEB. Ver JAGUARIBE, 2005 *in* TOLEDO, 2005, p. 35-37.

usualmente peculiar aos estadistas” (JAGUARIBE¹⁵ *apud* IANNI, 2004, p. 259) — durante o governo Juscelino Kubitschek, após esse período, a política populista favoreceu a organização de uma aliança “pré-revolucionária”. Não querendo perder sua hegemonia, “as forças burguesas e conservadoras nacionais, com apoio do imperialismo, depuseram o governo do presidente Goulart. Vencia econômica e politicamente o grande capital” (IANNI, 2004, p. 259).

Também é notável o esforço feito pelos intelectuais paulistas (ligados, principalmente, à Sociologia da USP) em criticar o sistema o nacionalismo populista que caracterizava a política do período de maior atuação do ISEB e, conseqüentemente, o pensamento do ISEB. Num primeiro momento, ocorre a crítica ao aspecto pouco científico dos estudos realizados pelo Instituto, em contraposição ao rigor e método mais sofisticados da Sociologia uspiana. Isso constitui o que Motta chamou de “primeiro momento” das críticas ao ISEB. Ou seja:

(...) o primeiro momento é representado por Florestan Fernandes e diz respeito ao debate sobre qual padrão científico seria correto na sociologia. Florestan polemizou diretamente com Guerreiro Ramos quando este fez sua comunicação no II Congresso Latino-Americano de Sociologia. Para Guerreiro Ramos, a sociologia é encarada como um projeto, uma perspectiva. Para isso o sociólogo se comprometeria em utilizar seu conhecimento para atuar sobre a consciência e a realidade criando, desse modo, uma sociologia autêntica, nacional, antitética às sociologias importadas (alienadas). Já Florestan Fernandes considera a sociologia como uma ciência que segue preceitos universalistas, tendo caráter neutro e não engajado, não sendo, então, determinada pelo contexto político-cultural nacional. Assim, percebe-se, de um lado, uma posição fenomenológica da sociologia enquanto, de outro, uma perspectiva positivista (MOTTA, 2000, p. 119).

Essa fragilidade também é mostrada por TOLEDO (1997, p. 133): “(...) nos trabalhos dos autores do ISEB, nunca se encontra, a nosso ver, qualquer tratamento

¹⁵ JAGUARIBE, H.. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958. p. 210.

rigoroso, do ponto de vista teórico ou empírico, do problema das classes sociais; valem-se sempre — para caracterização destas no interior da sociedade brasileira — de esquemas sumários e, por vezes, extremamente simplistas”.

Para além de questões de método, as críticas da “escola paulista”, segundo BRESSER-PEREIRA (2004, p. 53), serão também dirigidas à defesa da aliança entre a classe capitalista e a trabalhadora. Além disso, o dualismo constante do pensamento de Rangel¹⁶ era duramente criticado.

Na obra de Ted GOERTZEL (2002, p. 23), o próprio Cardoso é citado, em uma entrevista, afirmando que os acadêmicos da escola paulista de Sociologia julgavam os especialistas isebianos “pouco rigorosos”, e que tinham “uma visão muito voluntarista e subjetivista da História”. Isso claramente se opunha à “esquerda acadêmica” representada por Cardoso e seus colegas paulistas.

A importância da burguesia nacional para o desenvolvimento do País é também defendida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir do fim da década de 1950. Tendo em vista mudanças nas concepções do próprio Partido Comunista da União Soviética, há uma nova tendência que reconhece o desenvolvimento da economia brasileira, que poderia ocorrer dentro de “uma aliança operário-camponesa, com o apoio então crucial da ‘burguesia nacional’”, a chamada “revolução democrático-burguesa” (BAPTISTA, 2004, p. 25). Em um ensaio publicado pouco antes de sua morte, Otávio IANNI (2004, p. 245-271) ainda enfatiza a defesa que o Partido fazia da intervenção do Estado, na medida em que se fizesse necessária. Comentando Gabriel COHN¹⁷ (*apud* IANNI, 2004, p. 248), o sociólogo apresenta a idéia de que a burguesia nacional, sendo fonte de progresso, era “digna de apoio”.

¹⁶ Constante não no sentido de imutável, mas, sim, no sentido de sempre permanecer presente. Em RANGEL (1981 *in* MAMIGONIAN; REGO, 1998), vemos uma explanação de como o dualismo evolui em suas características, mas sempre se mantendo.

¹⁷ COHN, G.. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p.122.

Veja-se a semelhança das idéias defendidas pelo Partido àquelas defendidas pelo ISEB. Todavia, há diferenças importantes: para o PCB, mais do que a “superação da dualidade básica da economia brasileira” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 62), a revolução democrático-burguesa era o caminho para a futura e esperada revolução socialista. Sem dispensar a possibilidade de uma revolução armada (se assim se fizesse necessário), o PCB procurava uma via pacífica (MANTEGA, 1984, p. 164-165).

Também o PCB será alvo de críticas, de várias fontes. As mais marcantes vieram de dissidências de dentro do próprio PCB, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Aliança Nacional Libertadora (ANL), entre outros. A confiança que se tinha na força armada era maior nessas novas instituições, as quais, entretanto, não se mostraram capazes de dar análises alternativas ao Modelo Democrático-burguês (MANTEGA, 1984, p. 168). Ainda pior que as dissidências foram os abalos sofridos quando da mudança de rumos da industrialização a partir de meados da década de 1950.

IANNI (2004, p. 249 *et seq.*) mostra como o Partido fora tomado de surpresa quando se viu às voltas com uma nova atitude da burguesia nacional. Além da renovação da estrutura de classes brasileira (com a cidade cada vez mais tomando conta do campo), houve uma mudança de postura da burguesia em relação ao imperialismo. Também PRADO JR. (1966, p. 109) mostra isso: “essa interpretação foi bastante abalada quando empresas estrangeiras ligadas a grandes trustes e monopólios internacionais, e, pois, tipicamente imperialistas, começaram a se instalar no país, tornando-se fator de primeira ordem no estímulo ao processo de industrialização brasileira”.

Percebe-se, assim, que a visão do modelo democrático-burguês não se utilizava do pensamento marxiano do Estado como um instrumento da classe dominante, e cujas ações por ela e a ela se dirigiam. Já no início da década de 1960, a burguesia nacional já tinha o domínio político, e logo o PCB sofreria uma decepção. Conforme WEFFORT (1980, p. 44): “Com o golpe de 1964, o Estado projetou-se sobre o conjunto da sociedade e parece dirigi-la soberanamente. (...) Necessariamente,

porém, as massas populares não têm participação neste Estado que, assim, desvenda sua verdadeira natureza de classe”.

Ainda nas décadas de 1950 e 1960, também se destaca o desenvolvimento teórico feito pela Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), paralelamente aos estudados neste item. A seguir, serão apresentados os principais aspectos da teoria cepalina, na medida em que influenciaram o pensamento dependentista de Fernando Henrique Cardoso, posteriormente.

1.4 CEPAL E BUSCA DE AUTONOMIA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO

A CEPAL vem à América Latina como um instrumento de superação dos ideais liberais que predominavam no pós-Segunda Guerra. O processo de industrialização começado na década de 1940 mostrava que era possível crescer por meio da orientação do Estado. Todavia, “frente à ideologia liberal, a defesa do desenvolvimento pela via da industrialização tinha no imediato pós-guerra a inconveniência de encontrar-se insuficientemente instrumentalizada de um ponto de vista analítico” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 24). Ou seja, era necessário formular um embasamento analítico-teórico para o caminho que se seguia, que não encontrava contrapartida na teoria clássica das vantagens comparativas¹⁸.

Apesar de, a princípio, ter sido concebida como uma compensação aos países latino-americanos pela não-participação no Plano Marshall (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 26), a conveniência de suas idéias diante das políticas que se executavam contribuiu para sua aceitação e continuidade. A presença de membros respeitados, como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e outros, ajudou, inclusive, a estruturação metodológica da instituição. O estruturalismo histórico vem inovar a análise dos países subdesenvolvidos, trazendo a tese de que as políticas e decisões que se tomam no

¹⁸ É interessante ver a intersecção que há entre as críticas da CEPAL e as dos estudiosos brasileiros aos princípios liberais. Para uma análise mais detalhada, ver BIELSCHOWSKY (2000b, p. 13-15).

âmbito de uma região dependem, sempre, das estruturas que a compõem. Segundo BIELSCHOWSKY (2000a, p. 21):

Daí resultam fundamentos essenciais para a construção teórica da análise histórica comparativa da CEPAL: as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam — mais que determinam — comportamentos específicos, de trajetórias *a priori* desconhecidas. Por essa razão, merecem e exigem estudos e análises nos quais a teoria econômica com “selo” de universalidade só pode ser empregada com qualificações, de maneira a incorporar essas especificidades históricas e regionais.

Assim, qualquer teorização a respeito dos países subdesenvolvidos (da América Latina, em particular) deve levar em conta que “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e em diferentes estádios” (FURTADO, 1961 *in* BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 261). Foi nesse sentido que a “safra inaugural” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 26) de pesquisa da CEPAL dirigiu seus estudos. Num primeiro momento, procura ver como se dava a inserção da região na economia mundial. O próprio termo “periferia” foi usado para refletir a vulnerabilidade dos países nesta condição em relação às flutuações dos países ditos “centrais”.

O conceito de deterioração dos termos de troca torna-se fundamental aqui. Basicamente, leva-se em conta que, por ter demanda inelástica, quedas nos preços dos produtos primários (exportados pela periferia) acabariam por resultar em ganhos menores, em termos monetários. Já os produtos manufaturados dos países centrais eram passíveis de progresso técnico. Segundo a teoria neoclássica, os benefícios desse progresso se distribuiriam pelos agentes do comércio internacional pelo mecanismo de preços. Entretanto, “os sindicatos procuram então evitar reduções salariais no centro, mas os empresários estão em melhor posição para preservar seus lucros, compensando a rigidez salarial através do corte da produção, e não dos preços” (BIELSCHOWSKY,

2000b, p. 436)¹⁹. Essa diferença de reações acabava por favorecer o centro, sendo que os ganhos de produtividade sempre para aí se dirigiam, e as crises cíclicas acabavam levadas, com mais força, à periferia, causando a dita deterioração.

Uma maneira de combater esse problema, segundo PREBISCH (1973 *in* BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 181-188), seria a substituição de importações. O autor explica, nesse texto, o modo como isso deve ser feito, com exemplos hipotéticos, partindo do pressuposto de que as exportações para o centro têm um crescimento menor que o da renda dos países periféricos, e menor que o das importações dos mesmos países.

É importante perceber, todavia, que o termo é **substituir** importações. Tanto que, num texto posterior, TAVARES (1964 *in* BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 230) afirma que “a substituição ‘real ou efetiva’ é geralmente muito menor do que a ‘aparente’ que se visualiza pela diminuição de certas importações na pauta. Assim, por exemplo, quando se substituem produtos finais, aumenta, em consequência, a demanda por insumos básicos e produtos intermediários (nem todos necessariamente produzidos no país), pagam-se serviços técnicos e de capital *etc.*”. Ou seja, não quer dizer necessariamente a diminuição das importações, mas principalmente a mudança na pauta de importações.

Em termos de condições internas, a CEPAL destaca as consequências de uma “heterogeneidade estrutural” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 32) grande. A expressão se referia às diferenças entre a produtividade de todos os setores e o exportador (este último muito mais produtivo). As consequências mais graves, interligadas entre si, eram: o desequilíbrio estrutural do Balanço de Pagamentos (ligado à deterioração dos termos de troca); a inflação estrutural (resultado tanto do desequilíbrio do Balanço de Pagamentos quanto de insuficiências de produtividade dos setores não exportadores); o desemprego, que “resultava tanto da incapacidade das atividades exportadoras de

¹⁹ É notável, nesse trecho, o caráter institucional da análise de Prebisch (e da CEPAL, por consequência). Esse caráter é explicitamente mencionado em BIELSCHOWSKY (2000a, p. 21).

absorver o excedente de mão-de-obra como da insuficiente capacidade de absorção pelas atividades modernas destinadas ao mercado doméstico” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 34).

A teoria estruturalista da inflação vem ter importância capital, devido às conseqüências normativas que terá nos desenvolvimentos cepalinos. Ao entender que a expansão monetária não era uma **causa**, mas, muitas vezes, **resultado** da inflação²⁰, a CEPAL mostrava que a estabilidade só se atingiria por meio de planejamento para diminuir as causas estruturais dessa inflação.

A idéia de planejamento sempre foi central no pensamento cepalino. Acaba sendo um “corolário natural do diagnóstico de problemas estruturais de produção, emprego e distribuição de renda nas condições específicas da periferia subdesenvolvida” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 35). A acumulação de estatísticas básicas sobre a economia latino-americana foi iniciada sob essa orientação, sendo que o papel do Estado seria mesmo o de organizar e racionalizar os impulsos que estavam aparecendo espontaneamente (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 35).

1.4.1 A Década de 1960 e a Revisão dos Processos

Ao fazer um diagnóstico do desenvolvimento latino-americano na década de 1950, vê-se que nem tudo ocorreu como esperavam os técnicos da CEPAL. A forte restrição às importações trouxe problemas de natureza inflacionária, a industrialização estava seguindo um caminho de crescimento, mas com o empobrecimento das massas na cidade, além da má distribuição dos benefícios gerados (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 37). Mudanças na produção intelectual da instituição serão importantes, e englobarão novidades de natureza política e econômica.

²⁰ “De acordo com a visão estruturalista, a moeda se expande, quase sempre passivamente, como resposta das autoridades monetárias a elevações de preços de origem estrutural, sendo, portanto, incorreto considerá-la causa da inflação” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 34).

A introdução da Sociologia como uma fonte de pesquisa de aspectos do desenvolvimento latino-americano será favorecida pela presença de J. M. Echevaría. Nos anos de 1966 e 1967, Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto publicarão sua obra-chave sobre a Teoria da Dependência, trazendo um novo ponto de vista em relação ao lado sociológico do processo. Uma análise mais detalhada da obra se encontra no capítulo 2 desta dissertação, mas é importante lembrar aqui o papel de reação que o livro teve no entendimento da força da burguesia no crescimento econômico da região. Além disso, vem como reação às teorias estagnacionistas que surgiam tanto no corpo da CEPAL (Furtado) como fora (os dependentistas ditos marxistas).

Novidades na análise da dependência, dentro da CEPAL, vêm com as análises de Osvaldo Sunkel e de Aníbal Pinto. SUNKEL (1969 *in* BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 528) colocava a economia capitalista como sendo dividida mundialmente em centro e periferia, e que todos fazem parte de um mesmo processo de desenvolvimento. Mais, a polarização observada não se restringe ao aspecto mundial:

(...) por um lado, a polarização do mundo entre os países industrializados, avançados, desenvolvidos e centrais e os países subdesenvolvidos, atrasados, pobres, periféricos e dependentes; e por outro, uma polarização, dentro dos países, em espaços, grupos sociais e atividades avançados e modernos, e em espaços, grupos e atividades atrasados, primitivos, marginalizados e dependentes (SUNKEL, 1969 *in* BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 529).

Com uma análise de comparação da polarização interna à externa, conclui que tanto as chamadas economias desenvolvidas quanto as subdesenvolvidas possuem estruturas socioeconômicas desenvolvidas e estruturas marginalizadas. O que diferencia os países é a importância que cada uma dessas estruturas tem dentro do país.

Paralelamente, vemos a análise de PINTO (1970 *in* BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 569 *et seq.*), que se baseia na idéia de “heterogeneidade estrutural”. Esse conceito reflete a diferença entre a produtividade média dos diversos setores dentro de um país (no caso, na América Latina). PINTO (1970 *in* BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 571) separa a estrutura de produção em três camadas:

Por um lado, temos a chamada camada “primitiva”, cujos níveis de produtividade e renda *per capita* são provavelmente semelhantes (e, às vezes, inferiores) aos que predominaram na economia colonial e, em alguns casos, na pré-colombiana. No extremo oposto, temos um “pólo moderno”, composto pelas atividades de exportação, industriais e de serviços que funcionam com níveis de produtividade semelhantes às **médias** [grifo do autor] das economias desenvolvidas; e existe, por último, a camada “intermediária”, que corresponde mais de perto, de certa maneira, à produtividade média do sistema nacional. Note-se bem o caráter multissetorial de cada uma dessas camadas, bem como a diferença entre elas e a dicotomia mais costumeira entre os mundos urbano e rural.

Apresentando dados diversos, o autor chega à conclusão de que há uma relação entre esses setores (que, aliás, não são tidos como sistemas estanques, mas que participam de uma estrutura global) identificável como “colonialismo interno”. Esse “colonialismo” mostraria uma exploração da “periferia interna” por parte do “centro”, numa imitação nacional do fenômeno internacional verificado entre países centrais e periféricos (PINTO, 1970 *in* BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 580). Essa exploração se daria pela não-transferência dos benefícios técnicos, pela concentração dos excedentes financeiros nos centros, bem como pelo direcionamento dos investimentos públicos e privados em benefício do setor moderno²¹. Mesmo políticas de caráter compensatório são vistas em comparação com a ajuda financeira oferecida pelos países centrais aos periféricos:

Diga-se de passagem que são esses e outros expedientes que fazem com que a periferia participe (limitada e “passivamente”) da sociedade global, mas sem chegarem a “integrá-la” no nível básico — o econômico, ou seja, através da disseminação do progresso técnico, do aumento da produtividade e da renda, da ampliação e elevação das oportunidades de emprego *etc.* (Acaso não tem tudo isso uma semelhança com as funções e alcance da “ajuda externa” — especialmente com objetivos sociais — e do “efeito demonstração”?) (PINTO, 1970 *in* BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 581.)

²¹ Compare-se essa análise com a que faz Rui Mauro Marini com sua **teoria da superexploração**, apresentada a seguir, no item 1.5.2 deste trabalho.

Tais mudanças na linha de pensamento cepalina terão peso na sua produção intelectual posterior. Entretanto, a base estruturalista ainda será alvo de críticas, bem como sua crença na possibilidade de superação do subdesenvolvimento. Como exemplo deste último direcionamento de crítica, apresenta-se a seguir uma sucinta análise da produção dos chamados autores marxistas da Teoria da Dependência, por muitos tidos como precursores da linha de pensamento que norteará a teoria socioeconômica de Cardoso na década de 1970, aqui analisada.

1.5 TEORIAS DE ESTAGNAÇÃO: FRANK E MARINI

Neste tópico, agrupam-se alguns estudiosos que MANTEGA (1984, p. 210 *et seq.*) reuniu sob o termo “Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista”. Com uma visão predominantemente estagnacionista, num primeiro momento, recusam a interpretação do início semifeudal do País (MANTEGA, 1984, p. 210). Como se tentará mostrar agora, é perceptível também forte tendência à conclusão da impossibilidade de desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil e na América Latina, razão da denominação “estagnacionistas”.

1.5.1 André Gunder Frank

André Gunder Frank é tido como um autor que enfatiza a culpa do mercado externo e do imperialismo dos países centrais pelo subdesenvolvimento da América Latina. Segundo MANTEGA (1984, p. 216), o sistema capitalista mundial, para Frank, seria “uma constelação de países onde os satélites periféricos, especializados nas atividades primário-exportadoras, girariam em torno dos centros desenvolvidos”. Aliás, essa subdivisão deveria ocorrer também no âmbito interno. Já se pode observar forte determinismo do interno pelo externo, que é constatado nos textos de Frank.

Giovanni ARRIGHI (1970²² *apud* FRANK, 1976, p. 27) afirma, por exemplo, que “(...) em suas obras anteriores, a análise da estrutura interna sempre está subordinada à análise das condições externas (...). Você tem a tendência (...) de procurar a determinação externa tanto dos fenômenos como das estruturas e contradições internas”.

Em *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento* (1976), Frank faz uma tentativa de corrigir esse equívoco, introduzindo a análise de classes. No início da obra, faz uma análise centrada em alguns fatores internos, como a busca pelos motivos sociopolíticos para as diferenças entre as escalas produtivas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, as quais seriam, segundo ele, trazidas pelas diferenças salariais entre esses países (FRANK, 1976, p. 32-33). Estas últimas seriam explicadas de várias maneiras, como as distintas necessidades das classes de um e de outro tipo de colônia (à época em que os países eram colonizados, sendo considerados desenvolvidos as ex-colônias Estados Unidos, Austrália e Canadá).

Num primeiro momento, traz à evidência as teorias weberianas expostas na *História Econômica Geral* (WEBER, 1923). WEBER (1923, p. 253) afirma claramente que as colônias tiveram importância decisiva para a acumulação de riquezas na Europa por meio do comércio. Entretanto:

*La acumulación de riquezas, tal como resultó a consecuencia del comercio colonial, posee muy escasa importancia para el desarrollo del capitalismo moderno, afirmación que hacemos en oposición a la tesis de W. Sombart. El comercio colonial permitió, ciertamente, una amplia acumulación de riquezas, pero en cambio no estimuló la organización del trabajo a la manera específicamente occidental, ya que descansaba sobre un principio expoliativo y no sobre un cálculo de rentabilidad basado en las posibilidades del mercado*²³ (WEBER, 1923, p. 255).

²² ARRIGHI, G.. Struttura di classe e struttura coloniale nell'analisi del sottosviluppo. *Giovane Critica*, Milão, v. 22, n. 3, 1970.

²³ A acumulação de riquezas, tal como ocorreu em consequência do comércio colonial, possui importância muito pequena para o desenvolvimento do capitalismo moderno, afirmação que fazemos em oposição à tese de W. Sombart. O comércio colonial permitiu, certamente, uma ampla

Gunder Frank critica essa idéia, juntamente da idéia de distinção das colônias por motivação religiosa²⁴. Basicamente, Frank afirma que não há comprovações históricas das afirmações feitas por Weber. Mostra, a seguir, vários exemplos de países de predominância católica como sendo focos de crescimento capitalista (comercial, segundo a concepção marxista), como Espanha e Portugal (FRANK, 1976, p. 52).

A partir deste ponto, Frank incorre naquele que seria, segundo MANTEGA (1984, p. 227), seu maior equívoco: “(...) a ênfase dada à circulação, isto é, à [sic] importância atribuída ao crescimento do mercado mundial enquanto determinante básico da expansão capitalista”. Mesmo procurando usar argumentos marxistas, não consegue inserir o conflito de classes característico desta abordagem, sempre recaindo no mercado externo comércio exterior como explicação última dos eventos analisados²⁵. Apenas para ficar com um exemplo, Frank explica os baixos níveis salariais resultantes da exploração das minas de prata e ouro do México e do Peru pela expansão do comércio e acumulação européia. Na verdade, essas regiões apresentaram interesse para a Europa exatamente por terem disponíveis os recursos para serem explorados. Por suas próprias palavras: “Por que os ingleses que foram para a América

acumulação de riquezas, porém, em contrapartida, não estimulou a organização do trabalho à maneira especificamente ocidental, já que partia de um princípio espoliativo, e não sobre um cálculo de rentabilidade baseado nas possibilidades de mercado.

²⁴ Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904), Weber mostra uma oposição nos tipos de colonização que vieram à América: “(...) a primeira época histórica da colonização norte-americana é dominada pela rígida oposição entre os *adventurers*, que queriam organizar plantações com mão-de-obra servil, e nelas viver senhorialmente, e a mentalidade tipicamente burguesa dos puritanos” (WEBER, 1904, p. 125). Essa idéia da vocação distinta dos puritanos e protestantes em geral também é defendida por outros autores, de formação weberiana, como Sérgio Buarque de HOLANDA (1955, p. 43-56), em oposição ao espírito aventureiro dos habitantes de países em que predominaria a religião católica. Isso justificaria, entre outras coisas, a primazia britânica para o desenvolvimento do capitalismo, bem como a diferença entre a formação das classes sociais das colônias britânicas em relação às ibéricas.

²⁵ Vejam-se, para comparação, os trechos: FRANK, 1976, p. 67-69, 110-116, 121-142, 153-161, 201-208, entre outros. Ainda que procure mostrar fatos ocorridos internamente, FRANK acaba por procurar argumentos no comércio exterior, como se fosse uma necessidade premente para corroboração de suas afirmações. O capítulo 7 de FRANK (1976, p. 210-251) só vem comprovar essa constatação.

do Norte não seguiram o exemplo espanhol de exploração do trabalho indígena para produzir ouro e prata? Como Smith observou corretamente, não porque não quiseram, mas porque esses fatores não se encontravam lá” (FRANK, 1976, p. 68).

Além de enfatizar o mercado externo, Frank também dirige severas críticas àqueles que tentam dar importância maior ao mercado interno e às suas determinações no ambiente econômico do país. Assim, mostra-se clara, na análise de Frank, a crítica às idéias da CEPAL referentes à substituição de importações e ao desenvolvimento do mercado interno como meio de escapar à dependência do mercado externo²⁶.

Num primeiro momento, Frank questiona a necessidade de um mercado interno para a industrialização de um país, argumentando que vários países (dentre desenvolvidos e subdesenvolvidos) conseguiram sua autonomia industrial sem um mercado interno anterior. “De fato, a pré-existência de um tal mercado interno é questionável, não apenas por alguns dos casos considerados nas páginas anteriores, mas também (...) no caso das economias metropolitanas, como a Inglaterra, por exemplo” (FRANK, 1976, p. 161). Em seguida, o autor dirige sua análise à indústria nascente e à substituição de importações como meio de iniciar o processo de industrialização, mediante a existência do mercado interno já mencionado.

O autor inicia seu argumento escrevendo que “a Inglaterra, a Nova Inglaterra, a Alemanha e o Japão foram capazes de promover o desenvolvimento da indústria nascente com êxito em várias circunstâncias, porque em cada caso as condições objetivas estavam maduras, e não simplesmente porque seus povos eram mais empreendedores, determinados ou inteligentes” (FRANK, 1976, p. 162). O erro da América Latina estaria, então, na política adotada. A substituição acabou fracassando, não conseguindo a autonomia pretendida e, no caso da distribuição da renda, até piorando a situação (FRANK, 1976, p. 162-163).

²⁶ Não se pode deixar de perceber que, quando vai defender a presença de deterioração dos termos de troca e o câmbio desigual (termos originalmente criados pela CEPAL), Frank não menciona a origem cepalina dos termos, atitude que, no mínimo, mostra certo viés contra a Comissão.

Neste ponto, nota-se a referência a algo que servira de base para a Teoria da Dependência desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso, em 1967:

Em anos recentes esta mesma burguesia se tornou um entusiástico sócio menor dos monopólios multinacionais na nova divisão internacional do trabalho emergente, que os últimos, como os conquistadores, piratas e plantadores de antigamente, estão difundindo por todo o mundo. Este desenvolvimento da divisão internacional do trabalho requer que os países subdesenvolvidos substituam um tipo de exportação por outra, em consonância com a substituição nas economias metropolitanas das exportações de bens de consumo por bens de produção e tecnologia. Deste modo, alguns países periféricos agora produzem domesticamente certos artigos industriais, primeiro para o mercado interno, depois para exportação para mercados vizinhos e, finalmente, para a própria metrópole, quando não podem mais ser produzidos tão lucrativamente lá. Pode-se dizer que o atual aumento da resistência metropolitana aos têxteis e importações relacionadas da Ásia nada mais é que uma medida conjuntural temporária. Longe de diminuir a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos metropolitanos, este processo apenas intensifica a dependência e fracassa na resolução do problema central do desenvolvimento do mercado interno na maioria dos países subdesenvolvidos (FRANK, 1976, p. 163).

Para Frank — assim como para Santos e Marini, segundo MANTEGA (1984, p. 235) —, a solução é a revolução socialista, a qual acaba por ser evitada com a militarização dos regimes políticos latino-americanos. Esse argumento será revisto quando da análise do pensamento de Marini, no item 1.5.2 deste trabalho.

1.5.2 Rui Mauro Marini

Dos teóricos da dependência estagnacionista, Rui Mauro Marini é o que melhor aborda os aspectos mais importantes da dependência da América Latina, melhorando, em muitos pontos, aquilo que os estudiosos anteriormente apresentados estabeleceram²⁷. Os dois artigos aqui estudados datam de 1968 e 1969, e têm uma

²⁷ Apesar de, cronologicamente, um dos textos de Marini ter sido escrito depois das obras iniciais sobre a Teoria da Dependência de Cardoso, em termos de idéias ele se aproxima dos que se estão apresentando aqui, razão de seu estudo neste momento. A controvérsia entre Marini e Cardoso, diretamente mostrada em três artigos, será analisada no terceiro capítulo desta dissertação.

continuidade interessante em termos das idéias defendidas pelo autor. Em “Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil” (1968), Marini traça os principais pontos da formação capitalista brasileira, procurando analisar as conseqüências para a situação de então. Seguindo a linha marxista que lhe é característica, o autor baseia toda sua argumentação nos conflitos e alianças que se alternam entre as várias classes envolvidas nesse desenvolvimento.

Para o estudioso, os pontos mais importantes de mudança na economia brasileira (em que as mudanças se tornam mais radicais, corroborando ou eliminando alianças e conflitos) foram os anos de 1937 (quando o compromisso político entre a burguesia agrária e a burguesia industrial recém-surgida se estabelece), 1954, 1961 e 1964 (quando a burguesia industrial propõe revisões desse compromisso a fim de agilizar as transformações que favoreçam seu contínuo crescimento) (MARINI, 1968, p. 75-83). O surgimento da classe burguesa industrial e seu relacionamento com a burguesia agrário-exportadora já existente são mais bem analisados em “Subdesenvolvimento e Revolução” (MARINI, 1969). Uma idéia aí vem lembrar A. G. Frank: a importância que dá ao imperialismo durante todo o processo, apesar de não incorrer no engano de dar ao imperialismo toda a responsabilidade pelos efeitos gerados no processo de gestação da situação em questão (a dependência na América Latina na segunda metade do século XX).

Para Marini, o fato de algumas colônias terem tido maior desenvolvimento que outras favorece o investimento de capitais das economias centrais em setores-chave, como ferrovias e transportes. Quando, no fim do século XIX e início do século XX, as economias industrializadas começam a ter uma acumulação que exige “campos de aplicação fora das fronteiras nacionais”, elas vão buscar a América Latina (MARINI, 1969, p. 114). E aqui já se expõe aquela que será a idéia básica no desenvolvimento teórico do autor: “(...) a função que agora assume o capital estrangeiro na América Latina é a de retirar abertamente uma parte da mais-valia gerada em cada economia nacional, o que incrementa a concentração de capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista” (MARINI, 1969, p. 114-115). Percebe-se

aí a idéia de Frank sobre a relação entre a classe burguesa dos centros e a classe proletária da periferia. Veja-se o porquê da grande importância dessa relação.

Ainda no período em que o imperialismo se colocou como base da expansão capitalista, a agricultura continuava sendo a principal geradora de renda (por meio das exportações). O capital estrangeiro já atuava também nesse setor, fosse por investimentos diretos, fosse por financiamentos. “Alguns países que, como o Chile, se integraram dinamicamente à economia capitalista em sua fase anterior, assistem ao controle de seu principal produto de exportação (primeiro o salitre, depois o cobre) pelo capital estrangeiro, o mesmo capital que, na Argentina, possui os frigoríficos e, no Brasil, controla a exportação de café” (MARINI, 1969, p. 115). A crise que se abate sobre os países submetidos ao capitalismo a partir da década de 1930 envolve a América Latina (e, particularmente, o Brasil), de forma que essa região perde sua capacidade de importação dos bens de que precisava, tanto para consumo pessoal, quanto para a produção industrial, já presente em alguma escala.

Não se pode deixar de lado a constatação de que os conflitos presentes nas economias periféricas se tornam mais evidentes, sendo o mais sentido aquele que envolve a questão fundiária, que se relaciona diretamente ao abastecimento de alimentos e matérias-primas (MARINI, 1968, p. 52, 55). Todavia, logo há o acordo entre as burguesias devido ao benefício mútuo que ocorre em suas atividades. O conflito “interburguesias” é abafado nessa concordância por causa das políticas estabelecidas pelo Governo de apoio à classe agrário-exportadora, facilitando o escoamento da produção. Essas políticas, ao mesmo tempo em que permitiam a essa classe manter seus ganhos e níveis de renda, davam à classe burguesa industrial a demanda interna necessária à sua fixação e evolução. Nas palavras de MARINI (1969, p. 119): “Nestas condições, este setor [agrário-exportador] mantinha sua atividade e, ao mesmo tempo, pelas dificuldades de importação, exercia uma pressão estimulante sobre a oferta interna, criando a demanda efetiva que a indústria iria satisfazer”.

A crise, entretanto, não tarda. As políticas populistas do segundo governo Vargas serão o ponto de auge, pois darão ao conflito entre a burguesia e o proletariado

uma direção não desejada pelas classes dominantes. Isso, agravado pelas crises de mercado externo (o desvio do capital americano para a reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial, é um evento marcante), vai culminar no colapso do sistema político estabelecido por Getúlio Vargas e seus partidários. A busca de uma solução se faz premente.

Uma vez mais, o capital externo faz seu papel de fornecer os recursos necessários²⁸ à melhoria da situação. Mesmo que o Governo tenha, em algumas situações, tomado atitudes de cunho nacionalista — como foi o caso do populismo de Getúlio Vargas (MARINI, 1968, p. 14-15, 86) — o capital externo participa com os investimentos diretos, seja na produção de bens intermediários ou de capital, seja no financiamento da exportação, que forneceria, então, o capital necessário a esse setor nas economias periféricas. Ainda no fim da Era Vargas (logo após seu suicídio, durante o governo de Café Filho), a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) valida sua Instrução n.º 113, a qual facilita a entrada de capitais estrangeiros por meio de máquinas e equipamentos importados, mesmo que sem a cobertura cambial (exigida das empresas nacionais). Ela foi o ponto de cisão em 1954, ou seja, uma tentativa de superar a crise que se abatia sobre a indústria interna, com uma mudança de atitude (mas sem quebrar a essência dos acordos até então estabelecidos entre as classes dominantes). Segundo MARINI (1968, p. 55), a Instrução “cria o marco jurídico para essa política [cambial²⁹], que chega a seu auge com o Plano de Metas do governo de JK, que arrecada cerca de 2,5 milhões de dólares em investimentos e financiamentos e impulsiona de novo a expansão industrial”.

²⁸ O próprio MARINI (1968, p. 77) defende que a maior fonte de financiamento do primeiro surto industrial da década de 1930 não foi diretamente a agricultura. Segundo o autor, “o que parece ter acontecido foi uma drenagem de capitais da agricultura para a indústria mediante o sistema bancário”.

²⁹ Essa política visava a atrair o capital norte-americano, o que, ao mesmo tempo em que financiava a continuação do desenvolvimento industrial, ajudava a “romper o nó formado no setor cambial” pelos contínuos déficits no Balanço de Pagamentos (MARINI, 1968, p. 55).

A investida imperialista que segue a partir desse momento tenderá sempre a aprofundar a dependência do desenvolvimento brasileiro em relação ao capital estrangeiro, o qual entra com o objetivo de eliminar os pontos de estrangulamento existentes internamente³⁰. É nesse ponto que Marini passa a criticar o conceito de burguesia nacional das teorias nacional-desenvolvimentistas. É colocada a idéia de uma grande burguesia, que não se incomodava com os capitais estrangeiros ingressantes, em contraposição a uma pequena e média burguesia. A oposição se dava porque “a primeira tinha uma opção — a de se associar a esses capitais — que, mais que uma opção, era uma conveniência”, enquanto a mesma presença de capitais norte-americanos “significa a absorção e a quebra das unidades mais frágeis, expressando-se numa acelerada concentração de capital, que engendra estruturas de caráter cada vez mais monopolista” (MARINI, 1968, p. 90).

Vale mencionar, aqui, as ações do presidente João Goulart, a partir da derrocada do parlamentarismo, em 1962, no sentido de conseguir o apoio das massas e da burguesia, simultaneamente. É assim que acaba por acelerar a crise que virá com as reivindicações dos trabalhadores por maiores salários. Será um momento interessante, no mínimo, pois as burguesias todas se unirão em torno de um único objetivo: evitar a redução de suas taxas de lucro (MARINI, 1968, p. 91)³¹.

O golpe militar de 1964 vem representar a última coalizão entre as classes dominantes no período aqui estudado³². As medidas antipopulares foram a saída para

³⁰ É notável a citação da obstrução ao financiamento, aprovado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, por parte do presidente D. Eisenhower, quando de sua posse em 1952. Segundo MARINI (1968, p. 85): “A tática era clara: tratava-se de impossibilitar à burguesia brasileira o acesso a recursos que lhe permitissem superar com relativa autonomia os pontos de estrangulamento surgidos no processo de industrialização e forçar-lhe a aceitar a participação direta de capitais privados norte-americanos”.

³¹ As reivindicações salariais tomam força, mesmo com o grande êxodo rural que caracteriza a maciça entrada de tecnologia na agricultura, tendo em vista que a mão-de-obra agora exigida nos centros urbanos é especializada (ou seja, com qualificações profissionais superiores às disponíveis). Assim, todo o conjunto dos trabalhadores se beneficiava das exigências dessa classe específica (MARINI, 1968, p. 92).

³² Dos quatro pontos de mudança frisados no início deste item, o de 1961 foi representado pela eleição de Jânio Quadros, numa tentativa de resgatar o acordo entre as burguesias da crise gerada

fugir das pressões que o conflito entre burguesia e proletariado impunha de modo cada vez mais evidente (MARINI, 1968, p. 94). Com o aparato ditatorial então colocado, o Governo pôde realizar reformas políticas, econômicas e institucionais, de modo a continuar atraindo o capital estrangeiro (especialmente o americano) para o crescimento industrial do País. A ênfase será dada ao setor de produção bélica, o qual permite a maior absorção de tecnologia pretendida pela burguesia. Politicamente, vinculava-se essa expansão à defesa nacional (MARINI, 1968, p. 64), mas estava claro que o objetivo era maior.

Neste ponto, começa aquela que é a grande contribuição original de Marini na teorização da dependência. Com a maior capitalização da agricultura e da indústria, acaba-se criando, inevitavelmente, um exército industrial de reserva, restringindo o mercado interno da indústria de bens de consumo. É semelhante ao processo ocorrido nos países desenvolvidos, exceto pela irracionalidade que caracteriza o caso brasileiro: aqui, a tecnologia não surge naturalmente, mas como resultado da importação das técnicas de produção mais modernas. A solução dos mercados centrais foi o imperialismo e a criação de mercados periféricos. Por um caminho parecido, o Brasil (país mais avançado, em termos de indústria, na América Latina, naquele período, quase pareado pela Argentina), estabelece o **subimperialismo**. “O capitalismo brasileiro orientou-se, assim, para um desenvolvimento monstruoso, dado que chega à etapa imperialista antes de ter conseguido a mudança global da economia nacional e em situação de dependência crescente diante do imperialismo internacional” (MARINI, 1968, p. 97-98).

Por ser um subimperialismo, os excedentes gerados pela atividade não se dirigem primordialmente ao País, mas, sim, aos países centrais que ainda controlam o

ao fim do governo de Kubitschek. Percebe-se que a crise leva cada vez menos tempo para retornar, com cada vez mais força. O governo de Jânio, entretanto, fracassa, pois “pratica uma política econômica de contenção dos níveis salariais e de liberalismo, cujo objetivo é criar novos atrativos aos investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo que coloca a necessidade de reformas de base, sobretudo no campo. A isso se acrescenta uma orientação independente na política externa, que se destina a ampliar o mercado brasileiro para exportações tradicionais, diversificar suas fontes de abastecimento em matérias-primas, equipamentos e créditos, e possibilitar a exportação de produtos manufaturados para a África e América Latina” (MARINI, 1968, p. 88). Essas atitudes “despertavam o descontentamento dos mais diferentes setores, desde os comunistas até os de extrema direita”, o que acabou por trazer uma crise enorme, cuja rota de fuga vislumbrada foi a renúncia (MARINI, 1968, p. 34).

processo principal do imperialismo (especialmente os Estados Unidos). Mas as burguesias periféricas também querem seu filão. O caminho, segundo MARINI (1968, p. 99; 1969, p. 117, 123-124), é ampliar o nível de exploração de mão-de-obra, ou seja, sua geração de mais-valia. Ocorre o que se chama **superexploração do trabalho**. Nas palavras do estudioso:

(...) o subimperialismo brasileiro não pode converter a expoliação, que pretende realizar no exterior, em favor de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes; tem, ao contrário, pela necessidade que experimenta de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior norte-americano, que agravar violentamente a exploração do trabalho no marco da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção (MARINI, 1968, p. 98-99).

Essa constatação, juntamente de uma análise das possibilidades de saída dessa situação, leva Rui Mauro Marini a concluir que nada resta à classe proletária senão a revolução e a oposição sistêmica ao que existe, sob o risco de, ao se exigir cada vez mais dos trabalhadores, a fim de reprimir as reivindicações, as classes dominantes (inclusive a pequena burguesia) imporem um sistema totalitarista ou fascista (MARINI, 1968, p. 102). Em seu estudo posterior, o autor chega a descrever como a América Latina tomaria para si o papel de pioneira na luta mundial em prol da revolução socialista³³. Segundo ele:

Se não tomarmos consciência da situação que atravessamos e não opusermos uma ação sistemática e radical, os povos do continente se arriscam a soçobrar durante um período imprevisível nas sombras do escravismo e do embrutecimento. (...) Por outro lado, a luta mundial dos povos contra o imperialismo, à qual a América Latina se integrou vitoriosamente através da Revolução Cubana, não depende exclusivamente do que queiram e façam os povos deste continente, mas também da influência exercida sobre eles através

³³ A dicotomia entre fascismo e socialismo é largamente explorada por Teotônio dos Santos em vários de seus artigos. Em especial, leia-se *Socialismo o Fascismo* (1968) e *A Teoria da Dependência* (2000). No primeiro, verifica-se a forte aproximação entre suas idéias e as de Marini. No último, tem-se uma análise sobre o corpo teórico da dependência na América Latina, inclusive com trabalhos do próprio autor.

de sucessos igualmente importantes como a guerra de libertação do povo vietnamita, a revolução cultural chinesa e a agudização das lutas de classe no interior dos próprios Estados Unidos. (...) A ação internacionalista de Guevara, a política revolucionária de Cuba, antecipam a resposta que os povos do continente darão a seus opressores. Mais ainda, fazem com que se desenhe no horizonte o que parece ser a contribuição mais original da América Latina à luta do proletariado mundial: seu caráter internacional (MARINI, 1969, p. 124, 125, 129).

O catastrofismo de Marini se justifica, de certa forma, pela situação por que passava o País à época em que publicou seus estudos. Logicamente, apesar das fortes repressões impostas na década de 1970, não tivemos no Brasil um regime fascista, nem a revolução socialista. Uma outra análise dos processos e das relações entre as burguesias nacionais, o proletariado e o capital estrangeiro pode trazer à luz alguns fatos negligenciados por Marini e pelos outros autores da Teoria da Dependência marxista. É aqui que entra a análise de Fernando Henrique Cardoso, a ser exposta nos próximos capítulos.

2 A CLASSE EMPRESARIAL E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO CARDOSIANO

2.1 AS ORIGENS DO PENSAMENTO CARDOSIANO — UMA DIGRESSÃO

Como ação inicial para estudar o pensamento cardosiano sobre a Teoria da Dependência, será feita, sumariamente, uma apresentação dos aspectos originais mais importantes desse pensamento. A formação sociológica de Fernando Henrique Cardoso o leva a analisar todos os aspectos de seus objetos nos mínimos detalhes, com vistas a formar um corpo de conhecimento rigoroso cientificamente. É interessante notar que, provavelmente, a maior contribuição para o pensamento de Cardoso se concentrou na escola paulista de Sociologia, a qual se caracteriza pela grande busca de rigor nas análises sociológicas, como já se citou anteriormente neste trabalho. Segundo GOERTZEL (2002, p. 14): “Ele teve a sorte de freqüentar a Universidade de São Paulo com um grupo que mais tarde resultaria em alguns dos intelectuais mais brilhantes e influentes do Brasil”. Desses intelectuais, seu orientador, com certeza, teve forte influência em sua formação: Florestan Fernandes. Além dos fortes compromissos políticos, Fernandes “era muito exigente. Exigia um padrão científico aliado à preocupação com a realidade nacional (...) [e procurava] valorizar as técnicas de pesquisa e acabar com o sentido ensaístico na Sociologia” (GOERTZEL, 2002, p. 15).

O treinamento de Cardoso foi extenso e intenso. Intenso no sentido das leituras envolvidas, nas técnicas de pesquisa que se lhe impunham, bem como na carga de conhecimento adquirido assim. Extenso porque passou por diversas áreas: “Os departamentos da Faculdade de Filosofia³⁴ eram pequenos, e os alunos eram incentivados a fazer cursos numa ampla gama de áreas. Cardoso, em particular, foi treinado em Filosofia por Cunha Andrade, em Economia por Paul Hugon, em História

³⁴ Que, então, acabara de se mudar para a rua Maria Antônia (GOERTZEL, 2002, p. 16).

Econômica por Alica Canabrava, além de contatos pessoais com Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir (quando estes visitaram o *campus* em Araraquara) e com Alain Touraine (durante um curso de pós-graduação em Sociologia Industrial na Universidade de Paris) (GOERTZEL, 2002, p. 17-18).

Paralelamente ao seu início na carreira acadêmica como professor assistente de Sociologia, inicia seu doutorado, o qual, entretanto, julgava ter pouco de Marx em seu currículo. É assim que ele se sentiu propenso a incluir-se no famoso grupo “Seminário de Marx”, que se reunia quinzenalmente com a finalidade de ler a obra magna deste autor, *O Capital*. “O Seminário de Marx alcançou importância quase mitológica na história intelectual brasileira por causa da enorme produtividade e influência de seus participantes” (GOERTZEL, 2002, p. 20-21). Dentre os vários participantes do Seminário, destacavam-se cientistas das mais diversas áreas, sendo os mais regulares José A. Giannotti, Fernando Novaes, Paul Singer, Otávio Ianni e o casal Fernando Henrique e Ruth Cardoso.

Em termos de metodologia, procurava-se enriquecer de fontes até então ausentes na Universidade. Segundo GOERTZEL (2002, p. 22):

Marx foi escolhido como o primeiro autor a ser estudado porque suas obras eram totalmente ignoradas no currículo da universidade e porque os membros do grupo sabiam que o Partido Comunista havia apresentado sua obra de um modo limitado e distorcido. Depois de Marx, o foco principal se voltou para John Maynard Keynes. Outros pensadores marxistas, como Rosa Luxemburgo e Hilferding, foram incluídos por suas contribuições à teoria marxista do imperialismo. Mais uma vez, os participantes preferiam as rigorosas obras acadêmicas dos autores a seus tratados políticos.

Por fim, vale notar que o Seminário nunca alcançou a universidade, apesar de seus participantes manterem regularmente suas atividades acadêmicas. Segundo GOERTZEL (2002, p. 24), o grande mérito desse grupo foi “elevar o marxismo (...) de

doutrina dogmática de partido a teoria acadêmica importante”; mas sempre com foco de aplicá-lo ao trabalho empírico e intelectual, e não de desenvolver as teorias³⁵.

2.2 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NA ANÁLISE DE CARDOSO

O primeiro passo para estudar o pensamento dependentista de Fernando Henrique Cardoso é detectar qual o conceito de desenvolvimento em que o autor se baseia. Como ocorre na maioria dos escritos de Cardoso, a definição de desenvolvimento não é dada direta e claramente em um fôlego só.

Na verdade, deve-se perceber a importância que é dada pelo sociólogo em relação à análise dos conceitos já existentes, seja para criticar, seja para avaliar a contribuição que é dada ao seu próprio conceito. Segundo GOTO (1998, p. 20), “com frequência ele [Cardoso] remete à evidência dos fatos e dados reais para acusar a necessidade de atualizar os conceitos e aplicar corretamente — dialeticamente — os procedimentos metodológicos à realidade estudada”.

Esse aspecto já se evidencia na obra conjunta com Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (CARDOSO; FALETTO, 1967), cujo segundo capítulo faz uma digressão sobre a inadequação dos estudos de desenvolvimento na América Latina de até então. Essa crítica se inicia já ao fim do primeiro capítulo: “Falta uma análise integrada que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos, e que responda às perguntas decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais” (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 15).

Entretanto, segundo CARDOSO e FALETTO (1967, p. 16), não basta

³⁵ Isso ficará claro quando for mostrada a maneira como Cardoso critica o mau uso das teorias marxistas pelos seus “objetos de crítica”. Percebe-se que Cardoso sempre se limita a usar os métodos de Marx tais como originalmente são, e nunca se propõe a alterá-los, aprofundá-los ou atualizá-los.

acrescentar uma perspectiva sociológica à análise do desenvolvimento: “tal tipo de análise já foi tentado, mas não deu resposta satisfatória às questões colocadas (...)”. Também é notável uma crítica à noção “rostowiana”³⁶ de desenvolvimento por etapas:

(...) a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas **não existe uma simples diferença de etapa** [grifo nosso] ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 25-26).

Assim, questiona-se a suficiência das denominações “desenvolvido” e “subdesenvolvido” para caracterizar etapas de desenvolvimento, e, mais adiante, são apresentadas sugestões para que se faça uma “análise integrada do desenvolvimento”. A partir dos conceitos de algumas noções comuns em estudos sobre os países latino-americanos, mostra-se que as categorias de classificação devem ser independentes, e não mutuamente exclusivas. No caso, os autores defendem que “dependência” refere-se especificamente à vinculação entre o sistema econômico (produção e consumo) e o sistema político (estrutura de poder³⁷), internamente ou externamente. Já “subdesenvolvimento” deve-se referir especificamente ao nível de diferenciação do sistema produtivo, “sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo”. Os autores reservam à dicotomia “centro–periferia” a distinção das funções das economias no mercado mundial, sem enfatizar aspectos sociopolíticos (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 27).

Em seus escritos do período considerado por este trabalho, Cardoso não deixa claro um conceito de desenvolvimento que se possa utilizar como base. Todavia,

³⁶ Walt W. ROSTOW (1959) defendia que todos os países deveriam passar pelas etapas de desenvolvimento que caracterizaram a Europa Ocidental e os Estados Unidos, a fim de atingir o estágio avançado de prosperidade capitalista. Para tanto, haveria a fase de arranco, a qual deveria ser a meta primeira dos países subdesenvolvidos.

³⁷ Incluindo aí alianças que dêem acesso ao poder. Tais alianças são de extrema importância na análise cardosiana, como se mostrará mais adiante neste trabalho.

em artigo recente (CARDOSO, 1995), vemos a defesa de um conceito que pode ser considerado amplo, no sentido de considerar crescimento apenas uma faceta do desenvolvimento. Segundo o autor: “Para alguns, o progresso material levaria espontaneamente à melhoria dos padrões sociais. Para outros, os ‘dependentistas’, a relação era mais complexa. O jogo político intervinha e, em função das formas pelas quais se organizava, o crescimento tomava rumos diferenciados, com efeitos também diferenciados na estrutura social” (CARDOSO, 1995, p. 150).

Mais adiante, prossegue dizendo que, nos próprios países desenvolvidos, o crescimento puro trouxe dificuldades que impediam, inclusive, a sustentação do crescimento. Da mesma forma, Governos autoritários, como os da América Latina nas décadas de 1960 e 1970, provocaram um desencontro muito grande, em termos distributivos. Assim, “ficou patente que as políticas de desenvolvimento devem ser estruturadas por valores que não são apenas os da dinâmica econômica” (CARDOSO, 1995, p. 150-151).

Assim, para efeito dos estudos de Cardoso, o termo “desenvolvimento”, como oposição a subdesenvolvimento, ou como sinônimo de “crescimento”, não deve bastar. Se for adotada a visão dependentista em geral, talvez a melhor compilação das características buscadas seria a de CHILCOTE e EDELSTEIN³⁸ (*apud* PACKENHAM, 1992, p. 39-40):

*The dependency model does not measure development by per capita GNP or the indices of modernity. Economic development includes the establishment of economic sovereignty (which does not imply isolation) and a level of productivity and a pattern of distribution which adequately provide for the basic (culturally determined) needs of the entire population, generating a surplus for investment in continued national development. Social and political aspects of development are less clearly stated, but generally include equality, the elimination of alienation and the provision of meaningful work, and forms of social, economic and political organization which enable all members of society to determine the decisions which affect them.*³⁹

³⁸ CHILCOTE, R.; EDELSTEIN, J. (eds.). *Latin America: The Struggle with Dependency and Beyond*. Cambridge (MA): Schenkman, 1974. p. 28.

³⁹ O modelo de dependência não mede o desenvolvimento pelo PNB *per capita* ou pelos índices modernos. O desenvolvimento econômico inclui o estabelecimento de soberania econômica (o que não implica isolamento) e um nível de produtividade e padrão de distribuição que ofereça adequadamente as necessidades básicas (determinadas culturalmente) de toda a população, gerando

Assim, os textos de Cardoso deverão ser aqui analisados tomando por conceito básico de desenvolvimento este último exposto. Ora, dentre as diversas possibilidades para a América Latina, a que predominou é o desenvolvimento dependente-associado. Para compreender o processo subentendido por esse conceito, cabe conhecer, antes, o papel atribuído por Cardoso aos empresários em termos de suas relações com as outras classes sociais.

2.3 OS EMPRESÁRIOS NA AMÉRICA LATINA SEGUNDO CARDOSO

À época em que Fernando Henrique Cardoso dirige seus estudos à classe empresarial, estavam em voga as idéias do ISEB e do PCB. “Por razões diferentes, ambos coincidem num ponto: devia haver uma aliança entre os trabalhadores e o empresariado, sob a hegemonia deste último. O Estado era o eixo que permitiria essa junção. (...) Fui, então, verificar se essa hipótese era ou não válida” (CARDOSO⁴⁰ *apud* GOERTZEL, 2002, p. 34).

A análise da contribuição de Cardoso à chamada Teoria da Dependência deve passar, obrigatoriamente, pela sua contribuição no entendimento do conceito de empresário. A obra de referência, nesse caso, vem ser *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (CARDOSO, 1964), trabalho em que o sociólogo procurou estabelecer o processo que levou à formação da classe empresarial no Brasil, bem como o papel de tal classe no processo de desenvolvimento econômico do País.

Num primeiro momento, é interessante observar que Cardoso adota a visão schumpeteriana de empresário como sendo aquele que traz desenvolvimento por meio de **inovações**, em uma das seguintes formas:

um excedente para investimento no contínuo desenvolvimento nacional. Aspectos sociais e políticos do desenvolvimento são estabelecidos menos claramente, mas geralmente incluem igualdade, eliminação da alienação, e a provisão de um trabalho significativo, além de formas de organização social, econômica e política que dêem a todos os membros da sociedade a possibilidade de determinar as decisões que os afetam.

⁴⁰ CARDOSO, F. H.. “Entrevista com Lourenço Dantas Mota”, 1983, p. 11.

- 1) na difusão de um novo bem ou de uma nova qualidade do bem
- 2) na adoção de um novo método de produção
- 3) na abertura de novo mercado
- 4) na conquista de nova fonte de suprimento
- 5) na execução de uma nova organização de qualquer indústria (CARDOSO, 1964, p. 20).

Assim, empreendedor é um conceito restrito, que não se aplica a alguém arbitrariamente, nem se adquire. É um “tipo especial de pessoas (...) não como quem **descobre** ou **inventa** [grifos do autor] novas possibilidades de combinação econômica, mas como quem as realiza” (CARDOSO, 1964, p. 21).

Apesar da adoção e concordância com tal conceito, Cardoso não deixa de mostrar limitações de ordem analítica, tanto da parte de Schumpeter como da parte de alguns de seus estudiosos, citados na obra aqui analisada (dentre outros, Myers e Harbison, Sombart, e Mannheim). A limitação fica clara quando se tenta aplicar o conceito de empreendedor ao caso dos países subdesenvolvidos.

A extensão do conceito para esse novo contexto não deve ser feita. Primeiramente, a industrialização das áreas subdesenvolvidas ocorreu num período totalmente distinto do período respectivo das economias desenvolvidas. Enquanto estas iniciaram sua expansão industrial num ambiente concorrencial, aquelas começaram com um mercado internacional totalmente dominado pelos monopólios e grandes companhias. Além disso, “o padrão técnico da produção é imposto pela ciência e pela prática industrial das economias já desenvolvidas” (CARDOSO, 1964, p. 41). Em segundo lugar, analisando a situação interna dos países subdesenvolvidos, percebe-se grande interferência do Estado na economia, inclusive “como agente empresarial numa escala que torna discutível a expressão ‘economia de livre empresa’” (CARDOSO, 1964, p. 41).

Nas páginas seguintes, dedica-se Cardoso a mostrar como análises disponíveis⁴¹ para o entendimento da industrialização de países subdesenvolvidos são inadequadas. Basicamente, o problema vem da não-especificação das variáveis-chaves do processo descrito (o que as torna simples abstração), ou mesmo da não-descrição do processo em si. Por exemplo, segundo CARDOSO (1964, p. 51), Rostow tenta inclusive mostrar “fatores sociais” como parte do “impulso inicial” para o arranco⁴². Entretanto, não é mostrada a relação necessária que existe entre esses fatores e a fase de arranco, de forma que cada fator “**pode ser substituído por qualquer outro tipo** [grifo do autor] de motivação” (CARDOSO, 1964, p. 53).

Para evitar incorrer no mesmo erro mostrado em seus objetos de crítica, Cardoso inicia sua análise no caso de uma economia subdesenvolvida (especificamente, o Brasil) afirmando que é necessário, antes de qualquer coisa, fixar foco nas mediações entre o “impulso de desenvolvimento” e o “resultado do desenvolvimento” (CARDOSO, 1964, p. 72). A orientação de seu estudo é responder às seguintes questões:

(...) em primeiro lugar, (...) como no interior de uma sociedade subdesenvolvida (...) surgiram aspirações, motivos e tipos de ação capazes de dinamizar a sociedade tradicional (...). Em segundo lugar, é preciso responder às indagações sobre as formas que o processo de desenvolvimento assumiu, para verificar se as aspirações, motivações e objetivos dos grupos sociais em movimento coincidiram com o padrão estrutural de desenvolvimento finalmente alcançado (CARDOSO, 1964, p. 72-73).

Em sua exposição, Cardoso não concorda com a consideração da iniciativa privada como base do desenvolvimento pela industrialização. Segundo esse ponto de

⁴¹ Dentre elas, destacam-se Rostow, Harbison e Myers, Kerr *et al.*.

⁴² “(...) intervalo em que as antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular são afinal superadas (...) No decurso do arranco, novas indústrias se expandem rapidamente, dando lucros dos quais grande parte é reinvestida em novas instalações, e estas novas indústrias, por sua vez, estimulam (...) uma ulterior expansão de áreas urbanas e de outras instalações industriais modernas” (ROSTOW, 1959, p. 21).

vista, o Estado interviria apenas para completar o processo⁴³. Cardoso não concorda com essa visão, pois o próprio setor industrial brasileiro (o sociólogo menciona especificamente o paulista) não tinha um plano de ação desenvolvimentista:

(...) a pesquisa que realizamos mostrou (...) que, por um lado, os quadros de referência da ação empresarial brasileira, mesmo em São Paulo, foram relativamente acanhados até meados da década de cinquenta. Não só a indústria concentrou-se nos ramos tradicionais de tecelagem e alimentação, como as práticas empresariais eram rotineiras e os empreendedores, com poucas exceções, não chegaram a formular uma política nacional de industrialização, nem a organizar, portanto, focos e grupos de pressão neste sentido (CARDOSO, 1964, p. 82).

Ora, se a classe burguesa não pôde ser responsável pelo processo de industrialização nacional; se a classe operária não tinha organização suficiente, nem força política, para tanto; se os grupos internacionais, a principal fonte de recursos a partir de meados da década de 1950, só entrariam após estímulos recebidos de dentro da própria economia; de onde veio o estímulo para a saída do estado de economia tradicional? “Que grupos sociais, então, pressionaram no sentido de romper a estagnação anterior?” (CARDOSO, 1964, p. 82.)

Essa pressão foi exercida por grupos técnicos, que surgiram ao mesmo tempo em que a pequena urbanização⁴⁴ por que passam as principais cidades do País exigem qualidades burocráticas e técnicas de seus administradores. É interessante ver como Cardoso destaca o papel dos intelectuais nesse momento. Defendendo a noção de nacionalismo, usam o “poder da razão” como justificativa para sua idéia de que “a vontade coletiva deveria exprimir-se pelo Estado que, acima das classes e orientado

⁴³ Idéia defendida por Hélio Jaguaribe, numa espécie de “correção de Schumpeter pelas descobertas de Keynes” (CARDOSO, 1964, p. 74).

⁴⁴ Paralela à existência do “setor industrial **incipiente e rotineiro**” [grifo do autor] (CARDOSO, 1964, p. 86).

por planos **racionais de base técnica** [grifo nosso], deveria conduzir o desenvolvimento econômico” (CARDOSO, 1964, p. 88).

Voltando à segunda das questões que se propôs (CARDOSO, 1964, p. 72-73), o sociólogo responde, finalmente, que “as intenções iniciais não coincidiram com os resultados” (CARDOSO, 1964, p. 85). Nesse ponto, conclui o autor que nem os grupos técnicos, que planejaram a “emancipação econômica”, nem a burguesia, que não queria que a intervenção estatal continuasse, conseguiram o que desejaram. Este último caso foi até favorável à burguesia, visto que ela se beneficiou dos resultados da intervenção estatal nos momentos iniciais do movimento de industrialização (CARDOSO, 1964, p. 85).

Entretanto, os grupos técnicos e a elite intelectual, que defendiam o desenvolvimento da economia nacional como caminho da emancipação, decepcionaram-se. Ao fim de seu estudo, CARDOSO (1964, p. 171 *et seq.*) mostra que a burguesia industrial brasileira se divide em dois tipos básicos (não exclusivos, todavia). O primeiro se associa ao capital internacional, aceitando a idéia de que “industrializar o país significa fazê-lo solidário da ‘prosperidade ocidental’ como sócio-menor”. O segundo acumulou seu próprio capital a partir da lavoura, e transformou-se no “capitalista nacional”, para quem o Estado é importante instrumento de defesa do mercado nacional. É interessante ver, entretanto, que a defesa do mercado nacional só é feita por este segundo tipo quando de seu interesse próprio. No momento em que se tornam grandes capitalistas, passam a defender o livre mercado e a não-intervenção do Estado, no sentido de criar barreiras ao capital internacional.

Nessa linha de pensamento, pode-se perceber que Cardoso apresenta importante relação entre a situação de dependência (por parte dos países subdesenvolvidos) do capital externo e a própria classe empresarial nacional. É a partir dessas idéias que as primeiras análises cardosianas sobre a dependência serão levadas adiante.

2.4 A ANÁLISE DE CASOS DE DEPENDÊNCIA

Em seu estudo sobre a classe empresarial brasileira, Cardoso já faz alusão a um evento que será objeto de sua análise em vários livros e artigos. É interessante ver que, a todo momento, na obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, o autor se preocupa em mostrar os caminhos da atuação do empresário no ambiente de um país subdesenvolvido. Sempre procurando fazer uma análise integral (de todos os fatores: sociais, políticos, além dos econômicos), além de associações a situações concretas, a extensão de seu estudo sobre a dependência e o subdesenvolvimento na América Latina vem em sua obra conjunta com Enzo Faletto (CARDOSO; FALETTO, 1967).

Já se discutiu aqui a necessidade, mostrada pelos autores, de um estudo completo dos aspectos do desenvolvimento, especificamente direcionado à América Latina. Após a caracterização daquilo que se considera subdesenvolvimento, dependência e periferia, apresenta-se uma primeira abordagem no sentido que Cardoso sempre propõe àqueles cujo texto analisa e critica: expor como ocorre o processo de um estágio para outro. Nesse primeiro passo, Cardoso e Faletto afirmam que as relações de classes, bem como a estrutura que assume certa sociedade em determinado estágio é resultado das relações e estruturas que se verificavam no estágio anterior. Assim, os autores trazem à tona a importância do “enfrentamento”, que dá vida ao processo mencionado.

O “enfrentamento” que resulta das pressões a favor da modernização é produzido na atualidade entre as classes populares que tentam impor sua participação, geralmente em aliança com os novos grupos economicamente dominantes, e o sistema de alianças vigente entre as classes predominantes na situação anterior (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 36).

Após expor os critérios que utilizarão em seu trabalho, Cardoso e Faletto passam a uma análise que se estende por quatro capítulos, cada um mostrando uma fase da evolução dos países dependentes: a fase de “expansão para fora” (CARDOSO;

FALETTO, 1967, p. 39 *et seq.*), o “momento da transição” (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 52 *et seq.*), desenvolvimentismo e “consolidação do mercado interno” (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 91 *et seq.*) e a “internacionalização do mercado”, marcando a nova dependência (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 114). Apesar de os autores não acharem que a ordem cronológica seja essencial, a própria seqüência dos eventos sugere tal ordenação, tendo em vista que as estruturas e dinâmicas das fases em estudo são determinadas pelas estruturas e dinâmicas das fases respectivamente anteriores. Nas suas palavras:

Destaca-se assim o fato de que as formas assumidas pelas relações entre o sistema econômico e o sistema de poder, **a partir do período de implantação dos Estados nacionais independentes** [grifo nosso], deram origem a distintas possibilidades de desenvolvimento e autonomia para os países latino-americanos, conforme suas situações particulares (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 39).

Partindo desse princípio, tem-se a divisão dos países da América Latina em dois tipos básicos⁴⁵. O primeiro tipo é aquele em que, após a independência, o controle do setor produtivo ficou nas mãos de um grupo nacional. Assim, caracteriza-se a busca da consolidação do domínio por uma determinada classe. No plano externo, as economias hegemônicas ainda demandavam matérias-primas, e mesmo contribuía com investimentos em setores complementares. Afirmam CARDOSO e FALETTO (1967, p. 42): “as inversões orientavam-se principalmente para os setores que as economias locais não estavam em condições de desenvolver; expressão dessa política foi o sistema de transportes”. Já no plano interno, alianças com as antigas “oligarquias locais” se faziam necessárias. O problema se via mais política do que economicamente (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 44). Tanto assim que, quando as massas populares

⁴⁵ Aliás, atitude um tanto quanto notável, visto que, em seu Capítulo I, os autores criticam exatamente a classificação estática e fixa (CARDOSO; FALETTO, 1969, p. 16-18). Por certo, é visível a tentativa de mostrar aspectos dinâmicos dentro de cada tipo de sociedade apresentado, além das estruturas e relações de poder entre as classes.

começam a fazer pressão por mudanças na “ordem estabelecida”, percebe-se uma atenuação na oposição entre as oligarquias tradicionais e as modernas.

O segundo tipo em que se pode encaixar uma economia subdesenvolvida recém-independente é a “economia de enclave”. O enclave, neste caso, pode ser visto como uma relação direta de controle da economia periférica por parte da economia central. Nas palavras dos autores: “(...) [a] produção [é] obtida por núcleos de atividades primárias controladas de forma direta pelo exterior” (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 46). As grandes diferenças em relação às economias cuja produção é controlada internamente estão na origem e destino do capital⁴⁶, bem como nas relações comerciais, que, no caso do enclave, são totalmente efetuadas no âmbito das economias centrais (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 51).

Essa diferenciação entre dois tipos essenciais permite ver as possibilidades de evolução das classes, e de seus conflitos, levando em consideração a determinação recíproca entre estrutura e processo (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 23-25): os processos alteram a estrutura em que estão inseridos, mas só podem ocorrer de acordo com as características dessa estrutura.

2.4.1 Análise do “Período de Transição” em Cada Tipo de Economia Dependente

No quarto capítulo de sua obra, CARDOSO e FALETTO (1967, p. 52 *et seq.*) denominam “período de transição” o período em que a diversificação da atividade exportadora permitiu o surgimento de classes denominadas “médias”. Essas classes médias (“setores médios”, nos dizeres dos autores) estão ligadas à nova situação de dominação que é incipiente no período da Grande Depressão: “(...) [são] germes de uma incipiente burguesia industrial com os correspondentes grupos profissionais de base técnica, burocracia civil e militar, camadas de empregados *etc.*” (CARDOSO;

⁴⁶ Nas economias do primeiro tipo, o capital tem origem e destino no interior do país periférico, enquanto, na economia de enclave, o capital apenas passa, em uma de suas fases intermediárias, pelo país periférico (CARDOSO; FALETTO, 1969, p. 45, 51).

FALETTO, 1967, p. 53). A seguir, mostra-se como se favoreceu o surgimento dessas classes médias.

Para as economias cujo setor exportador era controlado internamente, analisa-se como as estruturas anteriores à transição determinaram o surgimento de uma classe dominante burguesa. De acordo com a possibilidade de o setor exportador manter o controle de todos os interesses, tem-se uma única classe que se destaca como burguesia dominante, ou, então, tem-se uma aliança entre as várias classes envolvidas na dominação. Segundo os autores:

Nessa circunstância, apresentaram-se as condições mais favoráveis para que a dominação interna aparecesse como expressão de uma situação de classe, onde o setor dominante do sistema exportador constitui-se em burguesia e impõe ao resto da camada dominante sua ordem peculiar, pondo assim de manifesto a existência de uma “unidade de classe” (...).

(...) a falta de um setor claramente hegemônico dentro da classe dominante conduz a um pacto tácito entre distintos setores agro-exportadores (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 56).

Além das alianças com os próprios setores dominantes, não se deve deixar de mencionar a necessidade de firmar acordos com as novas classes que surgiam. Com a diferenciação dos setores exportadores, as indústrias incipientes vêem um mercado interno a ser satisfeito. A ampliação de tais indústrias acaba gerando uma classe urbana que amplia a demanda pela própria produção industrial, num processo de retroalimentação positiva. Essas classes médias logo requisitariam sua inclusão nas alianças de domínio. “A dinâmica (...) [da formação do setor urbano e da diferenciação interna] depende da unidade ou diferenciação dos grupos agro-exportadores e das alianças entre alguns desses grupos com os setores sociais emergentes” (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 61).

Ao detalhar cada caso separadamente (mais especificamente Argentina, Brasil, Uruguai e Colômbia), Cardoso e Faletto enfatizam a importância do Estado nesse ponto do processo de transição. As políticas que se impunham para favorecer a

evolução das alianças, bem como a inclusão das classes médias emergentes, foram o diferencial entre os resultados obtidos até o fim da Segunda Guerra Mundial. Nas suas palavras:

As interpretações aqui formuladas destacam, portanto, as condições políticas que favoreceram as medidas de fortalecimento do mercado interno e, como é natural, dada a inspiração metodológica do trabalho, sublinham simultaneamente que, mais que a diferenciação econômica em si mesma, lograda durante o período de expansão para fora, a diferenciação social e, correlativamente, o equilíbrio de poder entre os grupos sociais são os fatores que explicam o tipo de desenvolvimento alcançado nos diversos países (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 72).

Dentro desse entendimento, os sociólogos concluem que a dinâmica das forças de dominação é que determinou o “curso diferente do desenvolvimento” em cada país latino-americano. Conforme as alianças e os conflitos entre as classes ocorriam, um mesmo impulso econômico (no caso, a Crise de 1929) teve efeitos bem distintos, ainda que a condição dos países fosse a mesma: dependentes das economias centrais.

Em relação às economias de enclave, a transição toma caminhos totalmente distintos. Os autores observam que, no caso do enclave, a relação de dependência é eminentemente política. Tanto que a classe dominante não se vai tornar burguesia empresarial; apenas será “classe politicamente dominante”. O setor empresarial se formará com as empresas estrangeiras mesmo, “que estabelecem relações diretamente econômicas com os setores operários e camponeses” (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 75). É interessante notar a menção que se faz ao fato de que não só há conflito entre as oligarquias dominantes e as massas (aqui predominantemente camponesas), mas entre as próprias oligarquias, que lutam por maior participação no poder. Em outros casos, há maior diversificação dos grupos dominados. Aí, as políticas se dirigem a um “amplo conjunto de alianças”, que vão da simples incorporação como classes aliadas à tentativa de revolução dos camponeses e operários (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 77).

Quanto ao surgimento das classes médias, nas economias de enclave, houve um processo de conquista por parte da burguesia com objetivos de aproveitar as

possibilidades para os setores mercantis e financeiros. Assim, os setores médios se diferenciam de forma mais complexa, com auxílio expresso do Estado. Segundo os autores, esse processo “não só é a culminação de uma forma de poder baseada na fazenda mesma (...), mas que se constitui em uma burocracia que impõe uma dominação mais complexa, através da qual se ajustam os interesses dos grupos oligárquicos e dos grupos burgueses (...)” (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 77).

Paralelamente, as classes populares viram uma forma de expressão por meio das classes médias. Na verdade, esses setores populares são aliados úteis aos setores médios, no sentido de poder de pressão. De acordo com CARDOSO e FALETTTO (1967, p. 78), as classes médias procuram por inclusão no sistema por meio do setor de serviços; caso não consigam essa inclusão, “tratarão de mobilizar os camponeses para enfrentar o sistema de dominação”.

Um exemplo de como a pressão das massas pode influir no caminho tomado pelas mudanças é visto na análise feita do caso chileno. Com o enclave ligado principalmente ao setor minerador, a eclosão da Primeira Grande Guerra traz vantagem à agricultura. A classe média não tarda em se aliar aos grupos populares com o objetivo de tomar parte do processo de transição que se inicia. Apesar disso, os grupos populares querem mais que “simples reivindicações políticas” (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 83): querem mudanças realmente econômicas. O conflito econômico daí advindo acaba resultando em regimes autoritários, com objetivo de contenção das massas.

Com a atenuação desses conflitos (e da repressão, portanto), as classes médias passam a ser totalmente incorporadas. Também se considera a possibilidade de participação popular. As classes médias, agora com maior acesso ao poder, pretendem revolucionar a economia, trazendo a indústria, com o auxílio do Governo.

(...) para assegurar-se o poder é necessário criar uma base econômica e o Estado pode ser o sustentáculo de uma economia industrial administrado pela classe média, e também o meio de associar-se à burguesia mercantil-financeira [ligada ao enclave], mas já agora não apenas como força eleitoral senão também como florescente burguesia (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 84).

É interessante notar que, no caso das economias de enclave, a utilização do Estado como meio de sustentação de uma economia voltada ao mercado interno ocorreu diferentemente em relação aos países de economia exportadora nacional. No caso dos enclaves, foi necessário, num primeiro momento, derrubar ou abalar a classe oligárquica, de forma a permitir ao Estado o estabelecimento de um mercado interno. Nas palavras dos autores, “é requisito prévio, e muito evidente, a derrubada ou pelo menos o retraimento do setor vinculado à oligarquia e ao enclave, para que seja possível utilizar o Estado (...) para plasmar os mecanismos de investimento e acumulação capazes de criar um mercado interno (...)” (CARDOSO; FALLETO, 1967, p. 90).

2.4.2 Consolidação do Mercado Interno

Nesta fase, ressaltam os sociólogos o papel importante que teve o Estado, tanto nas economias que passaram pela fase de transição advindas de um sistema de controle nacional (por eles exemplificados pelo Brasil e pela Argentina), quanto nas economias que se originaram de um enclave (como o México e o Chile, analisados pelos autores). Considerando, ainda, que a industrialização não se deu pela ascensão de uma “burguesia conquistadora” (CARDOSO; FALETO, 1967, p. 93), mas, sim, por um sistema de alianças entre as mais diversas classes, a atuação das classes populares passou a ter importância.

As duas tendências existentes, então, complementam-se mutuamente.

(...) uma, implícita na pressão das massas, expressa-se na orientação “para a participação” e dá origem a uma tendência ao “distributivismo” social e econômico; a outra (...) manifesta os interesses dos novos setores dominantes na continuidade da expansão econômica social, agora orientada para o mercado interno, como continuação do sistema de dominação (CARDOSO; FALETO, 1967, p. 94).

O consenso se atingiu pelo “populismo desenvolvimentista”, cuja eficácia dependia, entre outras coisas, da disponibilidade de capitais para financiar a industrialização, bem como da capacidade de o Governo incorporar as massas (de forma limitada) aos ganhos do processo, sempre argumentando em favor da conciliação pelo interesse nacional (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 94-95). Logicamente, o maior ou menor papel do Estado no processo foi, por fim, definido pelas relações estabelecidas com o setor produtivo.

Uma primeira opção seria o conjunto chamado “populismo e economia de livre empresa”, característico da Argentina (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 97 *et seq.*). Um Estado que procura apenas redistribuir a renda para os setores produtivos é o principal ponto desse conjunto, podendo até servir de fonte de financiamento para a substituição de importações. Os empresários, então, passaram a ter hegemonia, o que trouxe certo conflito com as massas, que passaram a requerer maior participação no desenvolvimento⁴⁷. Para não depender mais do acordo firmado com as massas durante o peronismo, as classes empresariais procuravam suprir seus próprios interesses econômicos, por meio até mesmo da aliança monopólica internacional (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 101-102). Esse é um aspecto importante na Teoria da Dependência a ser apresentada mais à frente pelos autores, cujo estudo já tinha sido iniciado por CARDOSO (1964, p. 171 *et seq.*).

O terceiro caso apresentado pelos autores é o do “Estado desenvolvimentista” (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 108 *et seq.*), que resultava, de uma forma ou de outra, da influência das classes populares. São mencionados dois países como exemplos. Num primeiro momento, houve o México, em que as classes populares, na busca de participar dos processos de decisão política, acabaram formando alianças com as classes dominantes. Essas alianças inclusive facilitaram, no governo de Cárdenas, alguns favorecimentos ao capital estrangeiro, que acabou por

⁴⁷ CARDOSO e FALETTO (1969, p. 99) mostram a importância do peronismo como meio de acesso das massas às posições reivindicatórias. Foi um acordo necessário para que se conseguisse o desenvolvimento procurado. Importante frisar que, nesse período, as massas não representavam perigo ao monopólio do setor dominante.

financiar grande parte dos projetos de industrialização (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 109). O segundo exemplo mencionado pelos autores é o do Chile, em que a situação criada pelas classes dominadas era de conflito, e não de aliança (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 111). Aqui, a burguesia industrial foi incentivada pelo Estado como um **substituto** para a classe operária, enquanto grupo de apoio político. Apesar de tentativas de reprimir protestos populares, no fim acabaram-se tomando políticas “populistas”, as quais trouxeram tamanha instabilidade, que eliminou o apoio popular à nova classe de poder. Em ambos os casos, é importante salientar a presença maciça de empresas estatais como fonte de empregos às classes populares (em busca de ocupação), bem como meio de acumulação rápida, tão necessária às classes médias então crescentes.

O caso do Brasil foi o segundo⁴⁸ a ser apresentado por CARDOSO e FALETTO (1967, p. 103 *et seq.*). Foi o chamado “populismo e desenvolvimento nacional”. O Estado teve participação ativa no processo de industrialização, inclusive com empresas estatais, mas o populismo foi uma característica marcante, diferentemente do terceiro caso já analisado. Tal diferença ocorreu porque, no Brasil, a transição não trouxe uma nova classe dominante com força suficiente para unificar os setores populares em uma massa “assalariada”. A nova “situação de poder engloba tanto setores ‘tradicionais-oligárquicos’ (...) quanto ‘grupos médios’ com acesso ao poder do Estado, e também a burguesia industrial e comercial urbanas” (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 103). As próprias massas apresentavam diferenças de constituição. Segundo CARDOSO e FALETTO (1967, p. 103):

Ao nível da situação de massas, diferencia-se do caso argentino antes descrito porque à importância do setor operário, necessariamente menor, agrega-se um amplo setor de massas urbanas não-operárias (massas marginais). A diferença acentua-se mais ainda pela presença de um extenso setor de massas rurais, que vive uma situação radicalmente distinta da que corresponde aos setores populares urbanos.

⁴⁸ Neste trabalho, foi o último devido à importância para a nossa análise em particular.

O populismo foi o meio encontrado de vincular as massas urbanas, mobilizadas pela industrialização, ao esquema de poder, mas com limitações. A própria estrutura sindical (precária) não incluía todas as massas marginais, como classes rurais marginais.

A grande participação do Estado no caso brasileiro se explica pela incapacidade do setor agroimportador da fase anterior em iniciar a industrialização, o que o desvinculou do processo. A linha de pensamento dominante era de “nacionalismo econômico” (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 104), e o grande problema foi implantar uma política de desenvolvimento liberal (para a qual inclusive havia capital suficiente). A classe dominante só viu a vantagem de uma tal política quando percebeu que as massas populares poderiam ser incluídas, mas com limitações ao seu acesso ao poder político. Vale lembrar que essas massas populares eram eminentemente urbanas, pois a inclusão das massas rurais levaria ao colapso do sistema como um todo (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 105-106); eram essas massas rurais que traziam, pelo seu prejuízo, o benefício dos latifundiários. O populismo adotado como postura do Estado terminou favorecendo o estatismo e nacionalismo, sem prejudicar o capital privado na indústria. Quando, entretanto, o capital privado nacional passou a utilizar o capital de exportação e do capital estrangeiro para dar continuidade ao caminho escolhido, começou a haver questionamentos sobre a necessidade da política de desenvolvimento estatal. A massa de trabalhadores envolvidos na produção do Estado, incluindo a então ascendente classe média, viu-se salva quando se percebeu a possibilidade de redirecionamento do capital estatal ao setor de indústria pesada e de infra-estrutura (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 106-107).

O que se percebe, até aqui, é uma mudança no modo de dependência dos países latino-americanos em relação ao exterior. A manutenção da dependência só ocorreu porque mudou a sua estrutura e processo. Agora, os autores apresentam um novo caráter, com a internacionalização do mercado.

2.4.3 Novo Caráter da Dependência

Seguindo a linha de pensamento dos capítulos anteriores de *Dependência e Desenvolvimento*, Cardoso e Faletto iniciam o capítulo final de sua obra tratando exatamente das novidades que há nas relações de dominação de classes após o período de industrialização inicial, já na fase de avanços tecnológicos (defasados em relação aos da Europa, mas avanços para a região). Mais uma vez, descarta-se a possibilidade de uma análise puramente econômica, pois o estudo deve prosseguir na busca das relações políticas entre as classes, e do modo como se relacionam essa estrutura de poder e os vínculos centro-periferia (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 114). Os autores, aqui, concentram-se nos casos da Argentina, do Brasil e do México.

Segundo CARDOSO e FALETTO (1967, p. 115), a ampliação da base de produção industrial interna nas economias latino-americanas estudadas só foi possível com uma aliança desenvolvimentista entre os antigos grupos dominantes e os atuais. Os benefícios foram distintos, sendo sua distribuição feita de acordo com a arbitragem do Estado. As pressões populares acabaram, por isso, canalizadas para a busca do desenvolvimento nacional. Nessa fase que se estuda agora, as exportações foram favorecidas pela Segunda Guerra Mundial, sendo importante fonte de financiamento para o crescimento industrial do período.

A manutenção dos preços de exportação, e às vezes seu aumento — durante a Segunda Guerra e nos primeiros anos posteriores a ela — permitiram seguir remunerando os setores exportadores, se não na mesma proporção pelo menos no mesmo nível, e simultaneamente permitiram financiar a ampliação dos setores urbano-industriais da economia (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 115).

Os fatos posteriores dependeram do país em questão.

A Argentina ainda tinha uma elite agrária como parte do poder constituído. Isso trouxe um dilema com o fim da época próspera: planos recessivos em prol da estabilidade, ou recomposição da economia agroexportadora (mais produtiva), para financiar o moderno setor industrial (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 116). Em ambos os

casos, as classes populares acabavam prejudicadas, o que acabou sendo pretexto para intervenção militar, barrando o crescimento e a estabilidade das alianças políticas⁴⁹.

No Brasil, a política vigente (intermediada pelo gen. Dutra) foi de fortalecimento de setores estratégicos, com capital do Governo, especialmente durante a crise da Coréia, quando se esperava escassez de equipamentos importados. Com o explícito favorecimento ao setor de mercado interno, os setores exportadores sempre se puseram contra o Governo (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 117). Na verdade, a conjuntura externa favorável ao café afastou os produtores da oposição até 1953. Com o progressivo efeito das taxas de câmbio diferenciais, a aliança por fim se quebra. O próprio setor financeiro internacional sente a conjuntura desfavorável para essa *commodity*, e acaba pressionando contra a política nacionalista interna. As sucessivas políticas de estabilização causam abalos sobre a parte popular da aliança, mas Kubitschek consegue trazer de volta a aliança populista-desenvolvimentista, mas com capital externo (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 117).

No México, com a integração do movimento agrário-popular, o enfrentamento classista foi evitado. A inclusão da elite agrária no grupo de desenvolvimento tornou possível trazer o capital externo sem as crises políticas que ocorreram nos outros casos estudados. É interessante ver, todavia, que, em todos os casos, foram os limites estruturais do próprio processo de industrialização na América Latina que trouxeram a necessidade do capital externo. Opções alternativas não seriam viáveis (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 120-121).

O capital estrangeiro também via vantagens no processo de substituição de importações da América Latina, pois passava a ser um destino rentável, além de ser uma porta a um mercado inicialmente fechado⁵⁰.

⁴⁹ Não se pode deixar de notar aqui, implícito, o dilema “fascismo ou socialismo” mostrado por MARINI (1968, p. 102).

⁵⁰ Vale mencionar que o protecionismo caracterizou o processo de substituição de importações, e que ele privilegiava as indústrias presentes internamente. Porém, no caso do Brasil, isso não supunha que o capital devesse ter origem nacional.

Tais investimentos foram de dois tipos: os que aproveitaram um mercado já existente e nesse sentido competiam com os setores industriais internos, e freqüentemente os subordinavam a seus interesses como no caso evidente da relação entre as indústrias nacionais de automóveis e a indústria de autopeças, e os que se asseguraram mais um controle virtual de um mercado em expansão (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 123).

Devido à atitude de criar empresas, o capital vindo do centro foi bem-vindo, de início (ainda que mediante a marginalização de alguns setores mais tradicionais). Todavia, conforme o processo avançou, oposições nasceram nas várias camadas da sociedade, desde os grupos agora marginais até as populações excluídas no dilema produtividade *versus* mão-de-obra desempregada. O sistema se tornava mais complexo em função disso, e a dinâmica buscava novos padrões e orientações ideológicas (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 124-125).

2.4.4 Dependência e Desenvolvimento

Uma importante fonte de oposição eram aqueles que viam o aprofundamento da dependência como algo prejudicial ao desenvolvimento das economias latino-americanas. Cardoso e Faletto argumentam que isso não é necessariamente verdadeiro, e apresentam uma cadeia de idéias como justificativa. De início, ressaltam que, a partir do momento em que o país se tornou uma economia industrial periférica, o investimento passou a dirigir-se às manufaturas (por meio de poucas empresas) (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 125-126). O crescimento econômico latino-americano não era diretamente ligado ao desenvolvimento do centro, mas o capital daí advindo tinha importância inegável. O aspecto da dependência que então marcava a região era diferente dos anteriores: não mais uma dependência política, ou dependência direta da disposição do mercado externo como única fonte de demanda, mas dependência da **disponibilidade de recursos para importação de capital externo** (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 127-128). No fim, a situação sociopolítica pareceu forçar o uso desses recursos, criando uma vinculação específica e nova entre o crescimento interno e o setor externo.

A “nova dependência” passou a ter características distintas:

- a) um elevado grau de diversificação da economia;
- b) saída de excedentes relativamente reduzida (para garantir os reinvestimentos, especialmente no setor de bens de capital);
- c) mão-de-obra especializada e desenvolvimento do setor terciário e, portanto, distribuição relativamente mais equilibrada da renda no setor urbano-industrial;
- d) e, como conseqüência, um mercado interno capaz de absorver a produção (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 127).

É enfatizado, ainda, que não é a simples transferência de capital do exterior para o desenvolvimento interno que caracteriza a dependência, mas também as relações políticas internacionais e seus reflexos sobre o sistema econômico e social interno. A absorção de conhecimentos, de técnicas de organização, com a abertura de mercados, fizeram a América Latina perder muito de sua autonomia (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 129). Assim, quando a economia latino-americana se integrou ao mercado, houve a aceitação de padrões e normas de consumo e investimento internacionais. Era visível uma articulação entre o setor público, as empresas monopolistas internacionais e o setor moderno nacional. As empresas nacionais passaram a ser consumidoras dos produtos das novas firmas, o que exigiu maior acumulação (ou seja, redução da parcela dos ganhos destinada às massas). Essa maior acumulação acaba por ser um fator de exclusão inclusive de firmas que surgiram na primeira fase da substituição de importações.

As alianças passam a ser mais instáveis. A maneira como elas progridem vai depender de como se estruturou o Estado no período de consolidação do mercado interno. De qualquer forma, o “Estado empresário” substitui o “Estado populista” (CARDOSO; FALETTTO, 1967, p. 132). No México, onde as classes empresariais e populares já estão incluídas na estrutura de poder, há certa capacidade de delimitação das áreas de atuação do capital de cada setor (privado, público e externo). Já no Brasil e na Argentina, os grupos dominantes dependeram de regimes autoritários para

facilitar a reorganização do sistema em seu favor. A situação interna (necessidade de novas políticas de desenvolvimento) e externa (Guerra Fria) ajudaram a implantar as mudanças⁵¹.

Entretanto, as pressões críticas não tardaram a surgir. Segundo CARDOSO e FALETTO (1967, p. 135), essas pressões tinham dois focos de incidência: um racional e moderno, por parte da grande corporação industrial-financeira internacional, e outro que enfatizava o caráter cada vez excludente do capitalismo (esse último foco tinha defensores inclusive dentro da própria tecnoburocracia estatal). Também as burguesias podiam-se colocar contra os “desvios nacionalistas”, especialmente “quando as políticas impostas pela tecnoburocracia militarizada chocam-se com os mecanismos de acumulação e expansão capitalista” (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 137)⁵².

Apesar das lutas e acordos que havia a partir do enfrentamento entre classes, as contradições do sistema produtivo baseado nas unidades monopolistas continuaram presentes. Os problemas a ser enfrentados incluíam a busca de mercados supranacionais (para superar as dificuldades advindas do consumo restringido), estabilidade política (sem participação das massas), maior concorrência de capitais onde ela já existisse por natureza. No fim, é essa organização que determinaria a duração de um regime autoritário do porte do brasileiro.

A obra de Cardoso e Faletto termina com algumas considerações finais (mas não conclusivas). Claramente, os autores tentam fazer um apanhado geral daquilo que tentaram defender ao longo do ensaio. Em primeiro lugar, questionam a validade das

⁵¹ Inclusive as classes internas (burguesia nacional, operariado) têm interesses nessa nova organização estatal. Esses interesses são reflexos das justificativas aceitas da necessidade do autoritarismo e da tecnocracia como únicos meios de manter o desenvolvimento e a segurança nacional.

⁵² É de se destacar que Cardoso e Faletto coloquem a universidade (e, portanto, seus intelectuais) enquanto instituição fundamental para a disseminação do conhecimento que permite a modernização da política do país em que se encontra. Segundo os autores, “a Universidade e seus institutos [são] onde os quadros buscam o conhecimento especializado que lhes dá significado e importância na nova sociedade” (CARDOSO; FALETTO, 1969, p. 137).

teorias puras de crescimento econômico, dada a importância de fatores extra-econômicos, como os processos, estruturas e situações históricas. Portanto, as categorias de subdesenvolvimento, periferia⁵³ passam a ser inadequadas diante da possibilidade de uso do conceito de **dependência**, bem como sua análise de desenvolvimento econômico (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 139).

Paralelamente, qualquer análise que parta das categorias mostradas no ensaio deve-se basear em análises concretas, “mostrando como Estado, Classe e Produção se relacionam” (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 140). Com esse fim, estabelece-se a separação entre economias de enclave e economias com exportações controladas nacionalmente, procurando eliminar dois extremos de análise que seriam inadequados: determinação da situação interna puramente como reflexo da situação externa; ou total independência daquela em relação a esta, com a causalidade determinada historicamente. Deve ficar claro ao futuro estudioso que os vínculos estruturais limitam as possibilidades de ação das forças produtivas, bem como as relações entre as classes. Entretanto, também essas forças e relações determinam mudanças nas estruturas, fortalecendo ou destruindo tais vínculos.

Um ponto chave para o entendimento da obra (e da posterior produção de Cardoso, a ser tratada adiante neste trabalho) é a análise da “internacionalização do mercado interno, expressão que caracteriza a situação que responde a um controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelas grandes unidades produtivas monopolísticas internacionais” (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 141). Logicamente, não é a relação de dependência em si a novidade mostrada por eles, mas, sim, a forma diferente que ela apresenta. Segundo CARDOSO e FALETTO (1967, p. 141-142):

A situação atual de desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos **desenvolvimento** e **dependência** [grifo dos autores], permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apóia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a

⁵³ Não deixa de ser curioso, entretanto, o uso desses termos pelos autores, em especial quando se refere à dicotomia centro-periferia.

hegemonia externa. (...) [Isso porque] os “interesses externos” radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno (...). Por outro lado, a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedades não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas *etc.*.

Todo esse raciocínio acaba levando ao que os dois sociólogos chamaram de **interdependência**, como conceito a substituir, num futuro então próximo, o de dependência. Os interesses de poder e as alianças são como instrumentos para garantia da dominação de algumas classes sobre as outras, e isso se reflete no plano internacional, especialmente havendo um “mercado aberto”, a impossibilidade de conquista dos mercados dos países mais desenvolvidos pelas economias dependentes e a incorporação contínua de novas unidades de capital externo sob a forma de tecnologia altamente desenvolvida e criada mais em função das necessidades intrínsecas das economias maduras do que das relativamente atrasadas” (CARDOSO; FALETTO, 1967, p. 142).

2.5 IDEOLOGIA, POLÍTICA E DEPENDÊNCIA

Logo após a primeira publicação de *Dependência e Desenvolvimento*, Cardoso se propôs verificar exatamente a adequação de suas idéias num contexto de análise de Ciência Política. O âmago de seu trabalho, agora, é o estudo da ideologia, das relações de poder e de como a dependência se estrutura num país, com intenções de comprovação estatística. O resultado é o livro *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes* (CARDOSO, 1969).

Num primeiro momento, o estudioso se dedica a analisar o conceito de ideologia e seu papel dentro da formação da Ciência Política. Faz isso compilando conclusões clássicas de Hegel, Weber e Marx, além de algumas mais contemporâneas (como R. Dahl, D. Easton, dentre outros). Logo após, procura aplicar essas conclusões à análise do que convencionou chamar “estruturas ideológicas” dos empresários, como

expressão das suas relações sociais e suas experiências sobre o mundo em que vivem⁵⁴ (CARDOSO, 1969, p. 48).

A partir daí, passa a mostrar que não se deve supor de início a existência de uma “ideologia da burguesia nacional” (nos casos específicos da América Latina, que é o foco do estudo de Cardoso) (CARDOSO, 1969, p. 49). O processo escolhido pelo estudioso é verificar se a noção de burguesia nacional (assim como a de burguesia internacionalizada) é construída:

(...) a partir de análises que teçam a trama das vinculações entre os distintos níveis do todo social e que ao postular a existência de um grupo social com tais dimensões estruturais e ideológicas explicitem também as condições de existência desses grupos: “condições estruturais” e condições de manifestação das orientações ideológicas e das formas de comportamento político (CARDOSO, 1969, p. 51).

No segundo capítulo, Cardoso passa a tratar de como a ideologia aparece segundo os dois tipos básicos de dependência expostos por ele anteriormente (CARDOSO; FALETTO, 1967). É recordada a importância que tem, nas economias de enclave, a estrutura de poder, visto que “não existem necessariamente conexões entre o setor enclave e a **economia** [grifo do autor] local (isto é, o setor de subsistência ou o setor agrícola vinculado ao mercado interno), mas sim com a **sociedade** [grifo do autor] dependente, por intermédio do sistema de poder, porque dela dependem as condições das concessões dos enclaves” (CARDOSO, 1969, p. 65). Além do mais, CARDOSO (1969, p. 67) mostra que “haverá sempre uma base interna da dominação externa”, mesmo nos casos em que a economia é controlada por grupos nacionais.

⁵⁴ Cardoso cita aqui um trabalho seu intermediário da publicação de *Empresário Industrial e Dependência e Desenvolvimento*, um artigo intitulado “Hegemonia Burguesa e Independência Econômica” (CARDOSO, 1967). Nesse artigo, Cardoso mostra como a idéia de aliança desenvolvimentista se revela falha ao ser avaliada em termos de fatos históricos, assim como o desenvolvimento por meio da burguesia nacional. Já é dado o primeiro passo na análise das relações entre a burguesia nacional e os grupos estrangeiros, então cada vez mais presentes na economia nacional.

No resto do livro⁵⁵, CARDOSO (1969, p. 77 *et seq.*) mostra que a dinâmica da interação entre as estruturas de poder e a dependência é feita, sempre, por meio de alianças entre a classe então no poder e a classe dominante econômica (quando elas não coincidem), de forma que haja uma determinação mútua do político pelo econômico e *vice versa*. Nas palavras de CARDOSO (1969, p. 84-85):

Em qualquer das duas modalidades básicas de dependência — diversamente em cada uma delas segundo variantes possíveis — a transformação da situação dependerá sempre da aliança entre forças sociais. A natureza dessa aliança não é irrelevante para a orientação do processo econômico: a maior ou menor participação do Estado na economia, as variações nas taxas e formas do investimento (em setores de “consumo” ou produtivos), o tipo de sistema de controle das decisões sob um padrão mais liberal ou mais corporativo *etc.* dependem do tipo de alianças que prevaleça e tudo isso pesa sobre o sistema econômico e o condiciona. Esse condicionamento se torna mais nítido nos momentos em que a economia internacional propõe desafios e limitações novas às possibilidades de um desenvolvimento do tipo “nacional-burguês”. As **chances** [grifo do autor] de êxito (...) dependerão em grande parte da capacidade que tiveram os grupos nacionais interessados em refazer as alianças externas para impor-se internamente de forma politicamente adequada.

Os estudos posteriores de Cardoso a respeito da dependência e de seus aspectos sociopolíticos vêm mostrar o nível da importância que foi dada ao tema. O próximo capítulo desta dissertação tratará desses escritos posteriores, e fará uma análise de como essas idéias contribuíram ao debate da dialética da dependência.

⁵⁵ Também vale destacar a análise estatística que Cardoso faz com empresários da Argentina e do Brasil, com fins de avaliar a dimensão da dependência econômica. Algumas das variáveis usadas para isso são o controle das ações (totalmente nacional ou não) e os créditos recebidos do exterior em relação ao total (CARDOSO, 1969, p. 173 *et seq.*). Antes, vale a pena tomar contato também com a maneira como os próprios empresários vêem as possibilidades que têm de alianças, e como vêem as alianças efetivamente formadas no contexto das economias dependentes estudadas (CARDOSO, 1969, p. 118 *et seq.*).

3 DEBATE POSTERIOR E A POLÊMICA DA DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA

3.1 PREÂMBULO

Após a apresentação de idéias na obra de 1967, Cardoso passou a publicar artigos e dar palestras sobre suas análises. Paralelamente, esses artigos seriam para o aprimoramento (ou mesmo correção) de alguns pontos dúbios da obra conjunta com Falleto.

Os principais artigos dentre esses mencionados são “‘Teoria da Dependência’ ou Análises Concretas de Situações de Dependência?” (CARDOSO, 1970), “Imperialismo e Dependência na América Latina” (CARDOSO, 1972b) e “A Dependência Revisitada” (CARDOSO, 1972a)⁵⁶. Além desses estudos posteriores, é importante o debate travado com Rui Mauro Marini, no período de 1973-1978, sobre a chamada **dialética da dependência**. A dialética da dependência era uma maneira encontrada por Marini de explicar como ocorreu o processo de formação das economias dependentes, mas por um caminho distinto do tomado por Cardoso e Falleto. Em seu artigo inicial (“Dialética da Dependência”)⁵⁷, MARINI (1973) aponta os principais eventos que levam da situação colonial e pré-industrial latino-americana à superexploração do trabalho e, conseqüentemente, ao subimperialismo, e usa esses conceitos para mostrar seu entendimento sobre a dependência na América Latina.

Em uma réplica publicada na *Revista Mexicana de Sociología*, Cardoso, junto de José Serra, escreve “Las Desventuras de la Dialéctica de la Dependencia”⁵⁸

⁵⁶ Esses artigos foram republicados, em português, em obras de compilação posteriores, *O Modelo Político Brasileiro* (1972) e *As Idéias e Seu Lugar* (1980).

⁵⁷ A publicação do original desse artigo foi em espanhol, pela Ediciones Era.

⁵⁸ A publicação em português desse artigo foi feita em uma edição da revista *Estudos Cebrap*.

(SERRA; CARDOSO, 1978). Esse é um ataque frontal à consistência (inclusive do ponto de vista marxista) e aos métodos de Marini, e levantou uma polêmica grande. Os aspectos dessa disputa cabíveis ao objetivo deste trabalho serão tratados no item 3.3 deste trabalho.

3.2 COMPLEMENTAÇÕES E ESCLARECIMENTOS DE CARDOSO

Desde o início de *Dependência e Desenvolvimento*, Cardoso e Faletto já mencionam a natureza introdutória e superficial da interpretação sociológica dada na obra⁵⁹. Assim, os estudos posteriores de Cardoso visam a complementar e aprofundar essa interpretação. Entretanto, a primeira impressão que se tem é de que há a tentativa de justificar e ratificar idéias já expostas. Ou seja, aparentemente, quase não há avanços. Uma análise mais cuidadosa pode ajudar a vencer essa visão.

3.2.1 “‘Teoria da Dependência’ ou Análises Concretas de Situações de Dependência?”

Este artigo⁶⁰, apresentado pouco mais de três anos após o lançamento no Chile de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, CARDOSO (1970) pretende trazer suas justificativas e opiniões para as idéias desenvolvidas sobre a dependência na América Latina. Segundo o próprio autor:

⁵⁹ A própria conclusão desse livro traz novamente essa afirmação. Ver CARDOSO; FALETTO (1969, p. 137).

⁶⁰ O objetivo deste artigo, já explicitamente mostrado em seu início, é comentar a comunicação de Francisco Weffort sobre a Teoria da Dependência (WEFFORT, F. C.. *Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?*. 2.º Seminário Latino-americano para el Desarrollo, FLACSO, nov. 1970, Santiago, Chile), assim denominada já naquela época por outros autores que não F. H. Cardoso. Em muitos pontos desta parte desta dissertação, os argumentos apresentados devem ser lidos como réplica a comentários tecidos por Weffort no referido trabalho.

O *mea culpa* a que me refiro não deriva do reconhecimento de um equívoco intelectual quanto ao ponto de partida, mas decorre de que poderia ter sido previsto o efeito de um movimento crítico que partia de idéias que roçam a ideologia e que, por isso mesmo, provavelmente terminaria mergulhado nela (CARDOSO, 1970, p. 123).

Isso porque, no fim, a crítica às análises até então feitas sobre o desenvolvimento econômico na América Latina não se dirige apenas contra “‘a direita’, mas também contra setores, em geral preponderantes, da esquerda intelectual” (CARDOSO, 1970, p. 124). Tanto um como o outro pensamento socioeconômico-político tratam dos casos de desenvolvimento de uma maneira abstrata, ou, pelo menos, vaga. Segundo CARDOSO (1970, p. 125):

(...) as análises do processo histórico de constituição da periferia da ordem capitalista internacional devem explicar a dinâmica da relação entre as classes sociais no nível interno das nações (...) [e também como] os condicionantes externos, isto é, o modo de produção capitalista internacional, “o Imperialismo”, o mercado externo *etc.* (ou seja, tanto os aspectos econômicos como os políticos do capitalismo), reaparecem inscritos estruturalmente tanto na articulação da economia, das classes e do Estado com as economias centrais e com as potências dominantes, como na articulação dessas mesmas classes e no tipo de organização econômica e política que prevalece no interior de cada situação de dependência.

Isso indica que todo o tratamento dado por CARDOSO e FALETTO (1967) não visa somente a criar um novo termo denominador, mas, antes, visa a mostrar que há um efeito econômico para cada evento político, e *vice versa*, tanto no plano interno quanto no plano externo (e também na inter-relação entre esses planos). E isso não se pode fazer de modo simplista, como pressupõem algumas “determinações gerais e abstratas”, mas deve-se aceitar “que existe uma ‘história’ — e portanto, uma dinâmica, própria de cada situação de dependência” (CARDOSO, 1970, p. 127).

É nesse ponto que CARDOSO (1970, p. 128), virtualmente, **nega** a existência de uma “teoria da dependência”⁶¹. Se se aceita uma teoria do capitalismo, ou de

⁶¹ Entre aspas na escrita do próprio Cardoso.

classes, então “a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional”. Esse argumento é importante para entender a intenção de Cardoso ao desenvolver o conceito de dependência. Não deveria ser um termo abstrato, ou seja, baseado em noções imprecisas e sem expressão concreta, mas, sim, um indicador das oposições que passam a existir na relação entre as classes (internamente) de um país, bem como na relação entre os países, no contexto do imperialismo. Ao mesmo tempo, pretendeu mostrar a interação entre essas contradições: “a contradição entre as classes, nos países dependentes, **passa** [grifo do autor] por uma contradição nacional e se insere no contexto mais geral de uma contradição de classes no plano internacional e pelas contradições que derivam da existência de Estados nacionais” (CARDOSO, 1970, p. 130).

Na seqüência, Cardoso mostra que o ensaio conjunto com Faletto não procurara eliminar os conceitos de nação e Estado-nação, visto que eles constituem a “perspectiva de análise”. Da mesma forma, não procura substituir a teoria do imperialismo pela “teoria da dependência”, mas, sim, mostrar como os efeitos de uma expansão capitalista aparecem no contexto dos países submetidos ao imperialismo (CARDOSO, 1970, p. 132-133)⁶². Indo mais além, a assim chamada “teoria da dependência” não é algo estritamente ligado ao imperialismo. CARDOSO (1970, p. 135-137) faz questão de lembrar que, em sua obra conjunta (CARDOSO; FALETTI, 1967), a dependência já existia num estágio “**anterior** [grifo do autor] ao desenvolvimento do imperialismo monopolista exportador de capitais”, inclusive citando Lênin para tanto. O autor russo menciona a característica dominante do “velho capitalismo” como sendo a exportação de mercadorias pelos países mais

⁶² Deste ponto do artigo em diante, Cardoso passa a citar LÊNIN (1946 — ver nota 63 deste trabalho) como referência constante aos casos de imperialismo, inclusive mostrando as indicações do estudioso russo à dependência (CARDOSO, 1970, p. 133-136). Vale lembrar, como fizera CARDOSO (1970, p. 133), que Lênin não poderia ter feito uma análise política mais detalhada, como o necessário, devido à própria censura czarista.

desenvolvidos, em oposição à exportação de capitais pelos mesmos países, predominante no “capitalismo moderno” (LÊNIN⁶³ *apud* CARDOSO, 1970, p. 136). Mas a análise de Lênin se mostra limitada para os anos mais recentes. Segundo CARDOSO (1970, p. 138), passa a ser necessária nova caracterização quanto às “alianças políticas, a estrutura de classes, as contradições particulares e sua exacerbação”. E seu primeiro passo, modestamente dado⁶⁴, foi trazer alguns casos concretos de dependência para análise. O aprofundamento desses estudos, sim, poderia trazer algo mais de teoria elaborada ou prática viável (CARDOSO, 1970, p. 139).

3.2.2 “Imperialismo e Dependência na América Latina”

Na verdade, esse artigo agora analisado é um conjunto de notas que serviria para introduzir algumas comunicações sobre o imperialismo em fev. 1972. Todavia, a maneira como trata os diversos temas aqui registrados não deixa de ser interessante, especialmente no que concerne à concisão de tratamento — proposital, tendo em vista a finalidade de desenvolvimento oral posterior dessas notas (CARDOSO, 1972b, p. 186).

De início, CARDOSO (1972b, p. 186-189) trata sobre a importância da análise leninista do imperialismo do século XIX. São citadas as congruências entre a teoria de Lênin e as de Cardoso, como a necessidade de levar em consideração fatores políticos e históricos relacionados aos eventos econômicos estudados, a consideração do imperialismo como a fase mais avançada do capitalismo monopólico, a tendência à concentração do capital e da produção, bem como a conseqüente emergência do setor bancário como um dos mais importantes do processo. Daí à necessidade de expansão para outros mercados é um salto (CARDOSO, 1972b, p. 188), o que acaba trazendo a

⁶³ LÊNIN, V. I.. *El Imperialismo: Fase Superior del Capitalismo*. Buenos Aires: Lautaro, 1946. p. 81-82. A primeira publicação dessa obra foi em 19XX.

⁶⁴ Essa modéstia é indicada no segundo parágrafo em CARDOSO (1970, p. 139).

busca por “controle político de áreas coloniais”. CARDOSO (1972b, p. 187) não deixa de mencionar as importantes ações das diversas classes que querem ter papel mais ativo dentro do sistema econômico que surge.

A concentração da exploração de matérias-primas nas economias dependentes levava à tendência clara à produção direcionada à agricultura e mineração. Isso, ao mesmo tempo, acabava prejudicando as economias dependentes, em favor das desenvolvidas⁶⁵. Mais uma vez falando das diferenças entre os países com produção local de propriedade local e com propriedade no exterior (as economias de enclave de *Dependência e Desenvolvimento*), CARDOSO (1972b, p. 191) expõe que:

[Em qualquer caso,] o esquema básico de Lênine permaneceu válido: o mercado interno dos países latino-americanos cresceu de modo limitado durante o primeiro período da referida expansão [de capital]; o setor industrial não se expandiu de modo significativo; a dependência financeira externa cresceu enormemente; a produção de matéria-prima, incluindo produtos alimentícios, constituiu a base das economias de exportação.

Revistas (de maneira bem sucinta, como já explicado pela natureza das notas aqui analisadas) as teses leninistas, CARDOSO (1972b, p. 192-194) passa a mostrar a necessidade de reavaliar a adequação dessas teses. Isso especialmente no que concerne às relações que guardam os conglomerados multinacionais com o resto do sistema, bem como à perda do controle bancário sobre a indústria. Também mudanças importantes nas relações entre as classes, enfatizadas pela “expansão militarista e o reforço com controle militar sobre a sociedade, através de uma economia de guerra, como o meio básico de realização do capital” são analisadas por CARDOSO (1972b, p. 193) como pontos resultantes da revisão de teorias por parte de autores marxistas.

As “novas formas de dependência” (CARDOSO, 1972b, p. 194) agora levam o

⁶⁵ O mercado interno das primeiras não tinha importância, enquanto a classe trabalhadora das últimas era mais explorada pelo desenvolvimento tecnológico da indústria — mais-valia relativa (CARDOSO, 1972b, p. 189-190). Vale citar a menção, aqui, por CARDOSO (1972b, p. 190), do termo “superexploração do trabalho”, a ser criticamente analisado durante a polêmica da dialética da dependência, como mostrado no item 3.3 desta dissertação.

capital da exploração do setor primário ao setor industrial. É clara a refutação das teses estagnacionistas⁶⁶, e a defesa da possibilidade de desenvolvimento econômico capitalista dependente (CARDOSO, 1972b, p. 195, 201). Entretanto, esse desenvolvimento era desigual — devido à heterogeneidade estrutural, retomando aqui o termo usado por Aníbal PINTO (1970 *in* BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 569 *et seq.*) —, sendo concentrada a atenção ao mercado interno de classe média e alta (os capitais estrangeiros que aqui adentravam se destinavam à produção para essas classes). Antes, a dependência era quanto à obtenção dos bens de consumo dessas classes. A natureza da dependência, agora, passa a ser tecnológica. A própria expansão da economia dependente (dirigida à produção desse consumo interno) passa a ter certa autonomia, mas sempre submetida ao que se passa nas economias centrais em termos de tecnologia⁶⁷.

Com a redução da participação do comércio como fonte de dependência, CARDOSO (1972b, p. 199) atenta para o fato de que isso não significa elimina a existência de um imperialismo. Ao contrário, a manutenção deste é feita por meio de empréstimos e ajudas, pelo fornecimento de capital. As mudanças políticas resultantes desse processo são claras.

A classe média surge como grande beneficiária interna (CARDOSO, 1972b, p. 200). Além disso, a chamada “burguesia nacional” não deixa de ter seus ganhos em seus acordos com os conglomerados internacionais. Isso leva CARDOSO (1972b, p. 202-203) a concluir pela necessidade da mobilização popular quando se procura alguma resistência contra a penetração externa. Nas suas palavras:

Não é realista esperar que a burguesia nacional lidere a resistência contra a penetração externa. Conseqüentemente, a crítica da perspectiva da dependência não poderá estar

⁶⁶ Ver item 1.5 deste trabalho.

⁶⁷ CARDOSO (1972b, p. 198) cita a existência, inclusive, de *joint ventures* entre empresários locais da América Latina e as grande corporações dos países centrais.

baseada nos valores associados ao nacionalismo burguês. Integridade nacional, como foi dito acima, significa primariamente integração popular da Nação e a necessidade de luta contra a forma específica de desenvolvimento promovida pelas grandes corporações (CARDOSO, 1972b, p. 203).

Em relação a aspectos metodológicos da Teoria da Dependência, o próximo item analisa o artigo mais característico.

3.2.3 “A Dependência Revisitada”

Já este artigo tem um objetivo mais dirigido ao acerto de contas com questões metodológicas da Teoria da Dependência. Escrito alguns meses após “Imperialismo e Dependência na América Latina”, pretende “dar ênfase apenas a alguns problemas teóricos relacionados com os estudos sobre dependência” (CARDOSO, 1972a, p. 81).

Após iniciar com uma breve exposição sobre as várias situações em que o conceito de dependência já fora tomado enquanto tema de estudo (desde Lênin, no início do século XX, até análises marxistas extremamente esquemáticas, “que explicam tudo pela **dependência externa** [grifo do autor]”), CARDOSO (1972a, p. 83-84) procura estabelecer qual é a grande questão que envolve a análise dependentista de então⁶⁸:

Por que, sendo óbvio que a economia capitalista tende à internacionalização crescente, que a sociedade se divide em classes antagônicas e que existe uma relação entre o particular e o geral, com estas premissas não se vai além da caracterização parcial e portanto abstrata, no sentido marxista, da situação sócio-econômica do processo histórico latino-americano.

⁶⁸ É interessante que Cardoso critique, inclusive, as corruptelas à sua defesa principal em suas obras sobre o tema da dependência, qual seja, a afirmação de que “o motor da história é a luta de classes”, e de que a perspectiva classista é a melhor para análise. Segundo o sociólogo, “essas afirmações são lugares-comuns, com as virtudes e limitações do óbvio” (CARDOSO, 1972a, p. 83).

Assim, Cardoso passa a buscar na história as bases metodológicas da Teoria da Dependência, para, paralelamente, encaixar seus próprios entendimentos sobre os temas concernentes.

Desde o início, CARDOSO (1972a, p. 85-86) já mostra a crítica aos ideais nacional-desenvolvimentistas, inclusive do ISEB, mesmo tendo, de início, concordado com alguns de seus preceitos. Nas suas palavras:

As primeiras formulações gerais que tentei fazer de crítica à sociologia do desenvolvimento e de crítica política ao populismo e ao desenvolvimento nacional-burguês nasceram bem rente à ideologia que os sustentava. Se bem estivesse contra as posições intelectuais inspiradas pelo ISEB (e isso não fazia mais do que acompanhar a tendência acadêmica predominante nas seções de ciências humanas e filosofia da Universidade de São Paulo e especialmente o “círculo do seminário de Marx” então em funcionamento), **acreditava que a luta antiimperialista poderia levar à reorganização da economia e da política nacionais** [grifo nosso] (CARDOSO, 1972a, p. 86).

A análise de Cardoso, então, passa por mudanças, a partir de sua própria percepção de que “parte ponderável do empresariado nacional conspirava claramente com grupos estrangeiros” (CARDOSO, 1972a, p. 87), o que por si só seria um forte golpe na crença expressa na citação anterior. Daí vem a preocupação com a análise de classes e suas relações. Numa visão marxista, CARDOSO (1972a, p. 88) busca o concreto como fonte de análise e, ao mesmo tempo, seu destino⁶⁹:

A busca do concreto, no caso, significa a constituição das categorias que permitam entender **como** [grifo do autor] se estruturam estas relações, entendendo-se por este **como** [grifo do autor] tanto a explicação dos padrões que as regem quanto o processo pelo qual as relações e os padrões estruturais se constituem e se transformam na prática social real.

⁶⁹ E Cardoso já espera os críticos que indicarão que o ponto de partida é muito distinto do ponto de chegada, ao que ele já responde: “Pobres ‘dialeatas’ que se assustam com a dialética! Porque pensam que os conceitos são ‘verdades imutáveis’, essências sempre presentes no vazio da falta de imaginação, não percebem que os conceitos têm um movimento, uma história e um alcance teórico-prático limitado” (CARDOSO, 1972a, p. 94).

A análise da “nova situação de dependência” (CARDOSO, 1972a, p. 90) é cada vez mais enriquecida com tentativas de “falsificabilidade política” (CARDOSO, 1972a, p. 89), ou com o acréscimo de casos particulares que exemplifiquem e comprovem os paradigmas da dependência. Esses casos particulares visam não à formulação de uma teoria via processo indutivo (o que não passaria de empirismo totalmente avesso ao pensamento de Cardoso⁷⁰), mas uma visão da concretude que qualquer teoria baseada no marxismo deve buscar (e da qual deve partir)⁷¹ (CARDOSO, 1972a, p. 91).

Dentro ainda dessa visão de busca da concretude, CARDOSO (1972a, p. 92-95) trata de como se devem analisar as diferenças entre as unidades de estudo. Por exemplo, o conceito de dependência é um conceito (dentro daquilo que aqui se estuda) que sintetiza um pensamento, “reproduz um modo de articulação deixando ver a tecitura pela qual a diversidade de relações se hierarquiza e se unifica em um conjunto estrutural determinado”, o que indica que não é “uma ‘categoria geral’ que dissolve as diferenças entre as várias ‘partes’ que compõem uma situação de dependência” (CARDOSO, 1972a, p. 93, 92).

O próximo passo é indicar como proceder à análise histórico-estrutural, a qual “não significa conceber a interpretação científica em termos de que o antecedente cronológico ‘explica’ o conseqüente” (CARDOSO, 1972a, p. 97). Num primeiro momento, deve-se reconhecer a influência mútua que existe entre estrutura e história. Logo após, cabe lembrar que a história só faz sentido se estudada como conseqüência dos conflitos que há nas relações e modos de produção (CARDOSO, 1972a, p. 96-98 *passim*). Desse modo, inclusive os “cortes no tempo” devem ser cortes entre estruturas, que clareiem uma “relação articulada” entre um período e outro,

⁷⁰ “É inadequada a interpretação da ‘análise concreta’ das situações de dependência em termos de ‘análises empíricas’ nas quais o conhecimento das partes (...) gera, por indução, a síntese ‘concreta’” (CARDOSO, 1972a, p. 92).

⁷¹ E “a fonte metodológica [da corrente de pensamento dependentista] é a dialética marxista” (CARDOSO, 1972a, p. 91).

ênfatizando o processo e as mudanças das relações (CARDOSO, 1972a, p. 98). A própria definição do *status* teórico do conceito de dependência está condicionada à correta periodização do desenvolvimento das economias dependentes, a qual deve tratar, em primeira instância, dos conflitos de classe e do crescimento do capitalismo no interior da economia dependente e, numa segunda instância, do desenvolvimento do capitalismo internacional (CARDOSO, 1970, p. 129). O que o sociólogo conclui é que, por fim, desde que “limitado e subordinado à teoria marxista do socialismo”, há a possibilidade de se tratar de uma “Teoria da Dependência”, sem problemas de conceituação teórica, e como “complemento da teoria do imperialismo” (CARDOSO, 1972a, p. 100-102).

É nesse ponto que, mais uma vez, é mencionada a necessidade de se recolocar a teoria do imperialismo com nova face, em que cresce, nas economias periféricas, o papel do consumo interno, bem como a circulação de moeda estrangeira, seja na forma de créditos para expansão da indústria, seja na forma de *hot money* (CARDOSO, 1972a, p. 105). Neste momento, CARDOSO afirma que, por fim, a dependência não é contraditória com o desenvolvimento do capitalismo nas economias periféricas, dentro de certo entendimento do desenvolvimento⁷². Nas suas palavras:

O novo caráter da dependência (...) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes. Por certo, quando se pensa que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos, a idéia de que está ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico na periferia dependente (...) parece absurda. Mas **não é esse o entendimento marxista sobre o que seja desenvolvimento** [grifo nosso] (ou acumulação) capitalista. Esta é contraditória, espoliativa e geradora de desigualdades. Nestes termos, não vejo como recusar o fato de que a economia brasileira ou a mexicana estejam desenvolvendo-se capitalisticamente (CARDOSO, 1972a, p. 106).

⁷² Destaque-se a diferença gritante entre o conceito de desenvolvimento dado no item 2.2 desta dissertação e o que nesta citação de adota. Entretanto, é certo que isso não vá afetar o entender das idéias cardosianas sobre desenvolvimento, visto que uma caracterização como a que aqui se apresenta só aparece nesta ocasião.

Por fim, cabe destacar que até mesmo o processo de endividamento é tido por CARDOSO (1972a, p. 112) como necessário para sustentar a importação de tecnologia e, portanto, para compor o processo de desenvolvimento das economias dependentes. Claramente, a dependência se aprofunda dessa forma, pois só se consegue a tecnologia fornecida pelos países centrais **com o capital fornecido por essas economias**. Dessa forma, dependência e desenvolvimento “são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam incessantemente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes dêem fim” (CARDOSO, 1972a, p. 112).

Essas observações finais se deram após uma caracterização de um estudo realizado por Marini, sendo que essa análise crítica da dialética do desenvolvimento é tratada no próximo item deste trabalho.

3.3 A POLÊMICA DA DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA

3.3.1 “Dialética da Dependência”

Uma continuação dos estudos de Rui M. Marini sobre a superexploração do trabalho nos países latino-americanos⁷³ deu origem ao artigo “Dialéctica de la Dependencia” (MARINI, 1973). Neste texto, o autor apresenta argumentos que procuram retomar o marxismo com o objetivo de esclarecer distinções que devem ser observadas quando do tratamento da dependência na América Latina (MARINI, 1973, p. 105-107).

Primeiramente, o autor cuida de caracterizar como a situação de dependência aparece já desde o fim do período colonial que caracterizou a política latino-americana até o século XIX. Mas, para MARINI (1973, p. 108), o que ocorre é uma simples troca de metrópoles, quando “os novos países se articulariam diretamente com a metrópole

⁷³ Estudos esses já analisados no capítulo 1 desta dissertação.

inglesa e, em função dos requerimentos desta, passarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera suas importações — de dívidas”. A partir daí, no ver de Marini, já se configura uma situação de dependência, “entendida como uma relação de subordinação entre nações politicamente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1973, p. 109).

O primeiro passo para entender a apresentação de Marini vem ser o entendimento de como a América Latina contribuiu para a reprodução da exploração da mais-valia pelos países centrais. Na verdade, MARINI (1973, p. 113-117) faz uma digressão sobre como o fornecimento de alimentos em maior quantidade pode auxiliar a reduzir o valor da mão-de-obra nas economias centrais, o que permite uma maior exploração⁷⁴. Assim, o incentivo à indústria alimentícia e de matérias-primas, que visa ao aumento de oferta desses bens nas economias desenvolvidas, acaba por diminuir o valor do capital constante (nos dizeres marxistas), contribuindo para a manutenção da taxa de mais-valia. Nas suas palavras, “a mais-valia relativa está ligada indissolúvelmente, então, à desvalorização dos bens-salário, para o que concorre em geral, mas não forçosamente, a produtividade do trabalho” (MARINI, 1973, p. 115).

Logo a seguir, MARINI (1973, p. 118 *et seq.*) mostra como as economias periféricas passam a ter uma situação de exploradas diante das centrais. E mostra que é a estrutura fraca que favoreceu os abusos, e não os abusos que trouxeram a fraqueza. Portanto, é mediante o mercado consumidor dos países desenvolvidos, que usam inclusive a força militar para impor seus desígnios, que os países dependentes têm sua economia voltada ao aprofundamento da dependência. Cada vez mais se tornam subordinadas ao mercado de trocas desiguais. Essas trocas desiguais acabam por forçar

⁷⁴ MARINI (1973, p. 114) define o grau de exploração dentro dos conceitos marxistas como sendo “a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente de seu salário)”.

o capitalista da economia dependente a buscar outros meios de conseguir a acumulação de que precisa para multiplicar seus meios de ganho. O caminho encontrado foi ampliar a exploração, pelo aumento de sua intensidade, seja pelo alongamento da jornada de trabalho. Ou seja, há uma “superexploração do trabalho” (MARINI, 1973, p. 123). Segundo o autor, há razões próprias da região para isso, pois é:

(...) um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto é congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividade que se realizam nela (...), sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, incrementar a riqueza produzida sem um capital adicional. Compreende-se que nestas circunstâncias a atividade produtiva se baseia sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho (MARINI, 1973, p. 125).

Essa superexploração, no fim, é favorecida pela “separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital — a produção e a circulação de mercadorias” (MARINI, 1973, p. 132). É essa separação que diferencia o tratamento da economia latino-americana dado ao seu trabalhador do tratamento das economias desenvolvidas. Nestas últimas, segundo MARINI (1973, p. 133), o trabalhador é parte do mercado consumidor dos produtos manufaturados. Isso faz com que esse consumo se torne uma parcela de reposição de capital, em vez de consumo improdutivo, como se consideraria de outro ponto de vista. Logo, manter o bem-estar do trabalhador, para que ele continue consumindo as mercadorias produzidas passa a ser necessário nas economias desenvolvidas. Já nas economias dependentes, o mercado consumidor se concentra no exterior. Isso significa que toda a parcela dirigida pelos industriais aos seus trabalhadores será consumo improdutivo (visto que poucos deles têm condições de consumir com constância os bens que eles próprios produzem). Ou seja, é indiferente ao mercado consumidor do capitalista reduzir a parcela dirigida ao trabalho. Assim, fica favorecida a superexploração toda vez que houver excesso de mão-de-obra, o que não é raro na economia latino-americana. Nos dizeres de MARINI

(1973, p. 134):

A tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que este a reponha, sempre que seja possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo. O dramático para a população trabalhadora da América Latina é que este suposto se cumpriu amplamente: a existência de reservas de mão-de-obra indígena (como no México) ou os fluxos migratórios derivados do deslocamento de mão-de-obra européia, provocado pelo progresso tecnológico (como na América do Sul), permitiram aumentar constantemente a massa trabalhadora [até princípios do século XX].

Essa concentração da renda no setor não produtivo da sociedade (classe alta) acabou interferindo também nas decisões de investimento e direcionamento da acumulação engendrada pela mais-valia. Enquanto, nas economias desenvolvidas, a acumulação gera sua própria demanda (observando que o consumo do trabalhador aqui é parte dessa acumulação), na América Latina há o contrário: a separação da produção e da circulação acaba por determinar um direcionamento da produção ao setor de bens de consumo suntuário, que é aquele que a classe detentora da maior parte da renda vai demandar (MARINI, 1973, p. 138-141). Quando se torna necessário dirigir parte da oferta ao mercado consumidor operário, há duas opções, segundo MARINI (1973, p. 143): “a ampliação do consumo das camadas médias, que se gera a partir da mais-valia não acumulada e o esforço para aumentar a produtividade do trabalhador, condição *sine qua non* para baratear as mercadorias”.

Esse aumento da produtividade ocorreu por um caminho que, sem surpresa, aumentou a situação de dependência dos países latino-americanos: a importação de capital dirigido à indústria, especialmente na forma de tecnologia.

No momento em que as economias industriais dependentes vão buscar no exterior o instrumento tecnológico que lhes permitiria acelerar seu crescimento, incrementando a produtividade do trabalho, é também aquele em que, a partir dos países centrais, têm origem importantes fluxos de capital para elas, fluxos que lhes trazem a tecnologia requerida (MARINI, 1973, p. 146).

Como o trabalhador acaba recebendo abaixo daquilo que produz (visto que seu salário não se amplia na proporção do aumento de sua produtividade quando da introdução da nova tecnologia), há uma compressão da sua capacidade de consumo. Ou seja, “fecha-se qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender ao consumo popular. (...) enquanto as indústrias de bens suntuários crescem a taxas elevadas, as indústrias orientadas para o consumo de massas (...) tendem à estagnação e inclusive à regressão” (MARINI, 1973, p. 148).

É segundo essa visão que Marini coloca a situação da América Latina quanto à dependência econômica. Perceba-se que fica clara a impossibilidade de um desenvolvimento concomitante, que inclua as classes homogeneamente. É exatamente desse ponto que surge a controvérsia com Fernando Henrique Cardoso, a qual ficará patente na réplica a ser apresentada em linhas gerais, a seguir.

3.3.2 “As Desventuras da Dialética da Dependência”

Este artigo (SERRA; CARDOSO, 1978) vem como uma réplica e, ao mesmo tempo, crítica aos aspectos defendidos por Marini em seu artigo de 1973⁷⁵. Nos dizeres dos autores: “*Ojalá podamos en este artículo, si no proponer alternativas (lo que sería pedir mucho), por lo menos poner obstáculos que cierren las falsas salidas*”⁷⁶ (SERRA; CARDOSO, 1978, p. 10). Desde o início, os autores buscam mostrar os equívocos de Marini, e que a refutação será incisiva. Por exemplo, leia-se: “*Queda claro, desde ya, que la destrucción eventual de algunos o incluso de todos los principales supuestos de las teorías de Marini no implica (...)*”⁷⁷ (SERRA; CARDOSO, 1978, p. 11).

⁷⁵ Vale lembrar, mais uma vez, que a publicação original de “Dialéctica de la Dependencia” foi feita como livro, pela Ediciones Era, México.

⁷⁶ Tomara que possamos, neste artigo, se não propor alternativas (o que seria pedir demais), ao menos opor obstáculos que fechem as falsas saídas.

⁷⁷ Fique claro, desde já, que a destruição eventual de alguns principais, ou mesmo de todos, pressupostos de Marini não implica (...).

Logo de início, coloca-se a origem dos estudos da dependência como uma crítica às teorias da revolução nacional-democrática (SERRA; CARDOSO, 1978, p. 13). Os autores enfatizam que nem todos os opositores, todavia, dirigiram-se à dependência como elemento de explicação, senão alguns defendiam o socialismo como única alternativa (como T. dos Santos), enquanto outros defendiam o estancamento como característica estrutural da própria América Latina (como H. Jaguaribe) (SERRA; CARDOSO, 1978, p. 14-15). Daí se coloca o pensamento da CEPAL como a linha mais conhecida, desde então⁷⁸.

A descrição do pensamento da CEPAL é importante, pois uma parte dela que Marini poderia ter aproveitado e não o fez é exatamente a parte que reflete o conflito de classes presente (a contraposição das reações das classes trabalhadoras diante de uma redução de salários no centro e na periferia⁷⁹). Em vez disso, segundo SERRA e CARDOSO (1978, p. 20), Marini acaba por confundir a teoria do intercâmbio desequilibrado com a tendência à deterioração dos termos de troca. A menção a esse erro se estende por várias páginas (SERRA; CARDOSO, 1978, p. 22, 25, 27). Em seguida, Marini é colocado como defensor do aspecto primário-exportador da América Latina (não no sentido de querer tal situação, mas de alegar sua existência) (SERRA; CARDOSO, 1978, p. 27-28), o que também é refutado pelas comparações com dados estatísticos de comércio exterior da época.

Logo após, a crítica ao subimperialismo é feita com ênfase notável⁸⁰. Os autores, sempre procurando justificar suas críticas a partir dos pressupostos de que,

⁷⁸ O que, obviamente, não significava que fosse a mais aceita. Segundo SERRA e CARDOSO (1978, p. 16): “*No todos, sin embargo, concordaron con las explicaciones **cepalinas** [grifo dos autores] y algunos llegaron incluso a presentar alternativas que, aunque estuviesen obviamente emparentadas con esa escuela, estaban empeñadas en mostrar su radical diferencia frente al pensamiento ‘pequeño burgués’ que la CEPAL era acusada de abrigar, y ni siquiera reconocían filiación indirecta com el modelo*”.

⁷⁹ Ver item 1.4 desta dissertação.

⁸⁰ Essa crítica dirige-se a outro artigo, em que se trata o subimperialismo mais detidamente.

para uma análise mais apurada do ponto de vista da Teoria da Dependência, é necessário buscar representação concreta do que se estuda, bem como das conclusões que se tiram, tentam mostrar a inadequação de um tal processo. Primeiramente, é refutada a inevitabilidade do subimperialismo, diante da situação. Logo após, um processo que vem para compensar as perdas dos trabalhadores, por causa da superexploração, só a piora: “*O sea, la ‘expansión subimperialista’, que habría partido de una situación de elevada explotación de los trabajadores agravaría aún más esse fenómeno*”⁸¹ (SERRA; CARDOSO, 1978, p. 31).

O último passo é a crítica dirigida à questão da superexploração do trabalho. Essa questão foi alvo de severas críticas, especialmente por basear-se em alguns pressupostos irrealistas, tais como o problema da redução da taxa de mais-valia diante de um aumento da produtividade do trabalho por meio de capital constante, ou a suposição de que trabalhadores não consumam manufaturados (ou o façam precariamente) (SERRA; CARDOSO, 1978, p. 43-46).

Serra e Cardoso são, por vezes, um tanto quanto mordazes em suas colocações, especialmente no que se refere às qualificações dadas ao texto e à própria capacidade de elaboração de Marini. Há, de certa forma, uma perda, do ponto de vista acadêmico, devido à insistência em mostrar erros e pormenores secundários, quando o principal da crítica poderia ser condensado em simples termos, como a falta de colocação dos conceitos tratados, entre outros.

Foi publicada, juntamente deste artigo analisado, na edição extraordinária da *Revista Mexicana de Sociología*, uma tréplica às *Desventuras*. Todavia, em vez de aproveitar a oportunidade para apresentar seus argumentos de maneira mais sólida, o autor aceita as provocações de Serra e Cardoso, e pauta a maior parte de seu artigo (“As Razões do Neodesenvolvimentismo”, 1978) pelas respostas a ofensas dirigidas ora aqui, ora ali. São apresentados dados mais detalhados, buscando fornecer as provas

⁸¹ Ou seja, a “expansão subimperialista”, que havia partido de uma situação de elevada exploração dos trabalhadores, agravaria ainda mais esse fenômeno.

cuja falta é acusada por Serra e Cardoso, mas não se perde o ranço da intriga pessoal.

Para além desse conjunto de réplicas e tréplicas, esse artigo de MARINI (1978) pouco contribui ao debate, mais mostrando as bases em Marx que se utilizam para justificar os argumentos utilizados em sua apresentação (e para responder às acusações lançadas por aqueles que MARINI (1978, p. 207) chama de “desventurados críticos”). A seguir, passaremos às considerações finais sobre a posição da Teoria da Dependência e seu debate correlato no pensamento de Fernando Henrique Cardoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, o que dizer disso tudo? Com toda a certeza, um trabalho que trate de um tema da magnitude da Teoria da Dependência nunca será conclusivo. Em especial, por se tratar de tema ligado às ciências sociais como um todo. Além do mais, o tratamento que dá Cardoso em seus trabalhos não permite que se esgote, de uma vez, a análise das repercussões de seus escritos.

Entretanto, com segurança se pode afirmar que o trabalho de Cardoso trouxe efeitos (se bons ou maus, não cabe a este trabalho julgar) e mudanças nos rumos das análises de crescimento e desenvolvimento da América Latina que são consideráveis. Num primeiro momento, o estudo de como as relações de classe se refletem no desenvolvimento do país é uma inovação. Essa inovação se expressa, principalmente, a partir do momento em que Cardoso mostra que cada classe acaba agindo, em relação aos fatores externos, da maneira que lhe convém (CARDOSO, 1964, p. 171 *et seq.*). A organização de argumentos que corroborem esse fato em sua obra principal sobre a Teoria da Dependência (CARDOSO; FALETTO, 1967) estabelece (ou, pelo menos, procura estabelecer) regras que se devam seguir para um estudo adequado do desenvolvimento na periferia, principalmente no que concerne à América Latina. Fica claro que, para Cardoso, toda análise social (ou socioeconômica) deve partir da especificação de conceitos e relações entre esses conceitos, sendo que a própria natureza e composição desses conceitos pode mudar no decorrer da análise, pois a inflexibilidade contraria os princípios do bom estudo social (CARDOSO, 1972a, p. 94).

A crítica incisiva é parte recorrente nos escritos de Cardoso. Seja crítica a teorias estabelecidas, seja a trabalhos de indivíduos ou de institutos, seja inclusive de idéias e posições políticas, essa crítica acaba gerando insatisfação por parte de seus debatedores. Vê-se, por exemplo, em MARINI (1978), o quanto determinada apresentação de críticas pode gerar hostilidade entre profissionais estudiosos com o mesmo foco de análise. E, como Marini, é possível encontrar vários outros exemplos. A CEPAL e o ISEB já foram alvos dessas críticas, assim como autores consagrados,

como Hélio Jaguaribe, Louis Althusser, Lênin, Rosa Luxemburgo, dentre vários outros. Apesar de serem distribuídas como tiros de um franco-atirador, essa franqueza não é gratuita. Percebe-se um sentimento (sincero ou não, o que não cabe aqui julgar) de busca pela precisão, ao mesmo tempo em que não se deseja deixar brecha para análises maldosas que cuidem de destruir linhas de pensamento inteiras.

No fim, essa ânsia por precisão de conceitos (o que leva Cardoso a cobrar de si próprio a mesma coisa) acaba por levar o autor a contradições, na maioria das vezes, entretanto, apenas aparentes. Como já se citou anteriormente, os conceitos são mutáveis, e disso fazem parte os conceitos de que tratam os escritos de Cardoso. Um exemplo, apenas para ficar registrado. Em CARDOSO (1970), vemos a postura do sociólogo que questiona se o termo “teoria da dependência” é adequado a um conjunto de idéias cuja meta principal era servir de método de análise de casos de dependência na América Latina, já em si subordinado a uma teoria, no caso, a teoria marxista do capitalismo. O mesmo autor, dois anos depois, em CARDOSO (1972a), já apóia a idéia de uma Teoria da Dependência, dada a robustez que o conceito adquiriu no decorrer do tempo, e observando que as análises nesse ramo estavam criando certa autonomia em relação a outras atividades (acadêmicas ou nacionais).

Retornando à meta deste trabalho, que é avaliar o papel que teve a Teoria da Dependência nos estudos de Cardoso, pode-se perceber que os preceitos introduzidos em CARDOSO (1964) e estabelecidos solidamente (mas não somente) em CARDOSO; FALETTO (1967) permeiam o restante dos trabalhos aqui analisados. Sempre se recorre às lutas de classe como motivação de qualquer mudança social (e sempre se critica quem não se dirige a tal busca), enfatizando que são esses conflitos e a busca de sua resolução que geram acordos entre as classes, ou entre uma delas e outra classe fora do conflito diretamente. Também é grande a importância que é dada às relações entre os componentes da sociedade e a estrutura da sociedade, assim como aos meios de mudança dessas relações e dessa estrutura. Esse incessante desejo de indicar a maneira como o econômico puro não é adequado à análise social, se não sempre temperado com análises sociológicas, políticas, está patente nas críticas que se vêem dirigidas a WEFFORT (*apud* CARDOSO, 1970) e MARINI (1978).

Logo, fica claro para quem lê Cardoso que a simultaneidade entre dependência e desenvolvimento é possível, até mesmo um fato. Só que é um desenvolvimento próprio, o chamado **desenvolvimento dependente**, o qual necessita do apoio de países centrais para continuar. Não consegue criar autonomia total de crescimento tecnológico, mas tampouco o quer sua burguesia dominante. Aliás, é essa vontade política que Cardoso costuma usar de justificativa para os fatos que ocorrem. Não adianta tentar confiar em uma classe burguesa nacional revolucionária, se a classe burguesa de que o país dispõe se contenta com — e até **busca** — a continuidade do processo de dependência.

Talvez este tenha sido um projeto ambicioso, mas não há dúvida de que se alcançou, no mínimo, seu objetivo principal: o de trazer à tona os principais aspectos que a Teoria da Dependência teve dentro do pensamento socioeconômico de Cardoso, bem como as influências que exerceu. É claro, mais uma vez, que isso está longe de esgotar-se, e espera-se que o tema gere uma continuidade de pesquisas ainda maior no decorrer dos anos, quando o crescimento e a dominação dos países centrais está-se tornando tão tênue.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, K. A.. *Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso: o Debate Sobre a Questão da Dependência – um Capítulo do Pensamento Social no Brasil*. Araraquara, 2004, 139 f.. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B.. *América Latina: História, Idéias e Revolução*. 2. ed.. São Paulo: Xamã, 1998.
- BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M.. *Conversas com Economistas Brasileiros*. 2. ed.. São Paulo: 34, 1997.
- BIELSCHOWSKY, R. (2000a). *Cinqüenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. (2000b). *Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.. O empresário industrial e a revolução brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, v. 2, n. 8, p. 11-27, jul. 1963.
- _____. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 25, n.3, p. 269-306, 1983.
- _____. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004.
- _____. (2005). Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In TOLEDO (2005, p. 201-232).
- CARDOSO, F. H.. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1964.
- _____. (1967). Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira. In FURTADO (1979, p. 77-109)
- _____. (1969). *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. (1970). “Teoria da Dependência” ou análises concretas de situações de dependência? In CARDOSO (1972, p. 123-139).
- _____. (1972). *O Modelo Político Brasileiro*. 2. ed.. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- _____. (1972a). A dependência revisitada. In CARDOSO (1980, p. 81-123).
- _____. (1972b). Imperialismo e dependência na América Latina. In CARDOSO (1972, p. 186-203).

_____ (1977). Originalidade da Cópia: a CEPAL e a Idéia de Desenvolvimento. In CARDOSO (1980, p. 27-80).

_____ (1980). *As Idéias e Seu Lugar*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 148-155, out./dez. 1995.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (1967). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*: Ensaio de Interpretação Sociológica. 7. ed.. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

FRANK, A. G. (1976). *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento*: Repensando a Teoria da Dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FURTADO, C. (1961). Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. In BIELSCHOWSKY (2000a, p. 241-262).

_____ (coord.). *Brasil: Tempos Modernos*. 3. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOERTZEL, T. G.. *Fernando Henrique Cardoso e a Reconstrução da Democracia no Brasil*. Tradutor: Pedro Guimarães Magachi. São Paulo: Saraiva, 2002. Traduzido de: *Fernando Henrique Cardoso: Reinventing Democracy in Brazil*.

GOTO, R.. *Para Ler Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Geração, 1998. (Para Ler, 2).

HOLANDA, S. B. de (1955). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O.. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

JAGUARIBE, H. (2005). O ISEB e o desenvolvimento nacional. In TOLEDO (2005, p. 31-42).

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M.. *Economia Internacional: Teoria e Política*. 4. ed.. São Paulo: Makron, 1999.

MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M.. *O Pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: 34, 1998.

MANTEGA, G.. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Polis; Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MARINI, R. M.. (1968). Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In MARINI (2000, p. 11-103).

_____ (1969). Subdesenvolvimento e revolução. In BARSOTTI; PERICÁS (1998, p. 113-129).

_____. (1973). Dialética da dependência. In MARINI (2000, p. 105-165).

_____ (1978). As razões do neodesenvolvimentismo. In MARINI (2000, p. 167-241).

_____. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOTTA, L. E. P. O ISEB no banco dos réus. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 119-145, ago./dez. 2000.

PACKENHAM, R.. *The Dependency Movement: Scholarship and Politics in Development Studies*. Cambridge (MA): Harvard University, 1992.

PINTO, A. (1970). Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” na América Latina. In BIELSCHOWSKY (2000a, p. 567-588).

PRADO JR., C. (1966). *A Revolução Brasileira*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1977.

PREBISCH, R. (1973). Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In BIELSCHOWSKY (2000a, p. 181-188).

RANGEL, I. M. (1981). A história da dualidade brasileira. In MAMIGONIAN; REGO (1998, p. 139-170).

ROSTOW, W. W. (1959). *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. 4. ed.. Tradução de Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1971. Traduzido de: *The Stages of Economic Growth (A Non-Communist Manifesto)*.

SERRA, J.; CARDOSO, F. H.. “Las Desventuras de la Dialéctica de la Dependencia”. *Revista Mexicana de Sociología*, número especial, ene. 1978. p. 9-55.

SKIDMORE, T. (1975). *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SMITH, A. (1776). *Riqueza das Nações: Investigação Acerca de Sua Natureza e Suas Causas*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1983. Traduzido de: *An Inquiry on the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. (Os Economistas).

SUNKEL, O. (1969). Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In BIELSCHOWSKY (2000a, p. 521-566).

TAVARES, M. da C. (1964). Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In BIELSCHOWSKY (2000a, p. 217-237).

TOLEDO, C. N. de (org.). *Intelectuais e Política no Brasil: a Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. 2. ed.. Campinas: UNICAMP, 1997.

WEBER, M. (1904). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 12. ed.. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1996. Traduzido de: *Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*.

_____. (1923). *Historia Económica General*. 4. ed.. Tradução de Manuel Sánchez Sarto. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WEFFORT, F. C.. *O Populismo na Política Brasileira*. 3. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.